



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

JESICA NASCIMENTO DA SILVA

SUBJETIVIDADE EM LENDAS INDÍGENAS POTIGUARA:
O USO DE MODALIZADORES DISCURSIVOS

MAMANGUAPE-PB

2023

JESICA NASCIMENTO DA SILVA

**SUBJETIVIDADE EM LENDAS INDÍGENAS POTIGUARA:
O USO DE MODALIZADORES DISCURSIVOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como cumprimento dos requisitos necessários para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras- Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV/Litoral Norte.

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

MAMANGUAPE-PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586s Silva, Jesica Nascimento da.
SUBJETIVIDADE EM LENDAS INDÍGENAS POTIGUARAS: O USO
DE MODALIZADORES DISCURSIVOS / Jesica Nascimento da
Silva. - Maraguape, 2023.
61 f. : il.

Orientação: Erivaldo Pereira Nascimento.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

I. Lendas.Gênero Discursivo. Argumentação
Linguística. I. Nascimento, Erivaldo Pereira. II.
Título.

UFPB/CCAE

CDU 82-293(=1-82)

JESICA NASCIMENTO DA SILVA

**SUBJETIVIDADE EM LENDAS INDÍGENAS POTIGUARA:
O USO DE MODALIZADORES DISCURSIVOS**

TCC aprovado em: 09/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Drº. Erivaldo Pereira do Nascimento (UFPB)
(Orientador)



Profº. Drº. Sílvio Luiz da Silva (UFPB)
(Examinador)



Prof.ª Drª. Laurênia Souto Sales (UFPB)
(Examinadora)

MAMANGUAPE- PB
2023

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, que sempre me sustentou em momentos difíceis e se regozijou na minha vitória, obrigada!!!!

Aos meus ternos pais, Seu Severino e Dona Severina, que estiveram sempre ao meu lado em cada momento da minha vida, que sempre embarcaram comigo e nos meus sonhos e sempre seguraram minhas mãos quando por vezes cai e me ajudaram a levantar, obrigada!

Ao meu amado esposo, Roberino Terto, não tenho palavras para agradecer por seu companheirismo nessa e em outras jornadas que só você e eu sabemos, os sonhos de Deus para nossa vida estão apenas começando a se cumprir, te amo!

Aos meus familiares, que vibraram com cada vitória minha e que estiveram perto para ser esteio na minha caminhada, pois ninguém consegue caminhar sozinho todos os dias meu muito obrigada!

Aos meus amigos de curso, que tantas angústias e alegrias vivenciamos juntos, muito obrigada!

Aos professores Laurênia Souto Sales e ao professor Sílvio Luís da Silva, pelas contribuições apresentadas na banca de defesa do TCC, obrigada!

E não poderia jamais deixar de externar meus agradecimentos ao meu orientador professor Erivaldo Pereira do Nascimento, por toda condução e paciência comigo na construção deste TCC, muito obrigada!

Ao meu querido mestre professor Erivaldo Nascimento dedico este trabalho, não teria outra pessoa para homenagear nessa dedicatória, pois encontrar pessoas como o senhor na vida acadêmica, é de extrema alegria, uma pessoa que está além da formalidade da academia para seus alunos, uma pessoa que se importa não apenas com o aprender, mas com o ser humano.

Dedico.

Sou lenda, porque as lendas são envoltas em mistérios e magia. São uma criação dos caminhos da mente, da vaga imaginação da liberação dos silêncios da alma... Sou lenda, porque as lendas correm livres junto ao vento, buscando as vozes da memória para que alcancem, as histórias perdidas... (Débora Bottcher).

RESUMO

A lenda é um gênero discursivo ou textual bastante frequente nas escolas e comunidades indígenas e tem funcionado não apenas como ferramenta didática. Reconhecendo a importância desse gênero para essas comunidades, este trabalho de conclusão de curso objetiva analisar as características linguístico-discursivas de lendas indígenas do povo Potiguara da Paraíba, com foco em seus aspectos argumentativos. Para tal, toma como base os estudos sobre os gêneros discursivos ou textuais, a partir de autores como Bakhtin (2003), Bazerman (2006), Marcuschi (2008), entre outros estudiosos. Fundamenta-se ainda na concepção de argumentação linguística de Ducrot (1987, 1988) e colaboradores e nos estudos sobre a modalização discursiva, a partir de Castilho e Castilho (1993), Fiorin (2000), Nascimento (2009) e Nascimento e Silva (2012). A pesquisa é natureza qualitativa e de caráter descritivo e analítico, e tem como *corpus* três lendas indígenas do povo Potiguara, a saber: Cumadre Fulozinha, Lobisomem, Mãe D'água. A análise realizada mapeou diferentes modalizadores nos textos, especialmente os epistêmicos asseverativos, imprimindo noção de certeza ou verdade; os dêonticos de obrigatoriedade e de proibição, apresentando orientações tanto ao interlocutor como a terceiros; os delimitadores, exprimindo delimitações no conteúdo do dito; e os avaliativos, utilizados geralmente para expressar posicionamentos axiológicos positivos ou negativos a respeito das próprias entidades e demais personagens envolvidos na narrativa. A partir da análise postula-se a possibilidade de os epistêmicos asseverativos, dos dêonticos de obrigatoriedade e dos avaliativos se constituírem em elementos do estilo verbal do gênero.

Palavras-chave: Lendas. Gênero Discursivo. Argumentação Linguística. Modalizadores.

ABSTRACT

The legend is a discursive or textual genre quite frequent in schools and indigenous communities and has worked not only as a didactic tool. Recognizing the importance of this genre for these communities, this course completion work aims to analyze the linguistic-discursive characteristics of indigenous legends of the Potiguara people of Paraíba, focusing on their argumentative aspects. For this, it is based on studies on discursive or textual genres, based on authors such as Bakhtin (2003), Bazerman (2006), Marcuschi (2008), among other scholars. It is also based on the conception of linguistic argumentation by Ducrot (1987, 1988) and collaborators and on studies on discursive modalization, from Castilho e Castilho (1993), Fiorin (2000), Nascimento (2009) and Nascimento e Silva (2012). The research is qualitative in nature and descriptive and analytical, and has as its corpus three indigenous legends of the Potiguara people, namely: Cumadre Fulozinha, Lobisomem, Mãe D'água. The performed analysis mapped different modals in the texts, especially the epistemic assertive ones, imprinting a notion of certainty or truth; the deontics of obligatoriness and prohibition, presenting guidelines both to the interlocutor and to third parties; the delimiters, expressing delimitations in the content of the said; and evaluative ones, generally used to express positive or negative axiological positions regarding the entities and other characters involved in the narrative. Based on the analysis, it is postulated the possibility that the epistemic assertives, the deontics of obligatoriness and the evaluative ones constitute elements of the verbal style of the genre.

Keywords: Legends. Discursive Genre. Linguistic Argumentation. Modalizers.

LISTA DE QUADRO

Quadro 01: As modalidades de base	37
--	-----------

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO	9
II- OS GÊNEROS DISCURSIVOS E A LENDA	12
2.1 Gênero discursivo: um pouco de história	12
2.1.1 Bakhtin e sua influência nos estudos sobre os gêneros	13
2.1.2 Os gêneros e o grupo de Genebra.....	14
2.1.3 Os gêneros em uma perspectiva sociorretórica	16
2.2 Os gêneros e sua funcionalidade	20
2.2.1 Elementos caracterizadores dos gêneros: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo linguístico.....	23
2.3 Gênero Textual Lenda	25
2.3.1 A lenda da Mani-oca: seus elementos caracterizadores	26
A fim de identificar como os elementos linguístico-discursivos que caracterizam uma lenda se manifestam no texto, apresentamos, a seguir, um exemplar de uma lenda indígena potiguara, a lenda da mani-oca.	26
III- A MODALIZAÇÃO COMO FENÔMENO ARGUMENTATIVO	31
3.1 A argumentação linguística	31
3.2 Teoria da Modalização	34
3.2.1 Modalizadores na Língua Portuguesa	39
IV OS MODALIZADORES NA LENDA	44
4.1 Análise dos modalizadores nas lendas Cumadre Fulozinha, Losisomem e Mãe D'agua	45
4.1.1 CUMADE FULOZINHA (Caipora do mato)	45
4.1.2 O LOBISOMEM	48
4.1.3 MÃE D'ÁGUA – YARA.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

I- INTRODUÇÃO

A linguagem é o que permite a um povo a comunicação. A linguagem entre os seres humanos se dá de diferentes formas e por meio de diferentes signos linguísticos, entre os quais temos a linguagem sonora, a gestual, a pictórica entre outras. Nesse contexto, a linguagem verbal pode acontecer através da fala dos sujeitos, como também pela escrita. Sendo assim estamos inseridos em uma sociedade linguística letrada, que faz uso de diferentes gêneros textuais para manter a comunicação em diferentes situações.

Para a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto professora indígena, percebi a importância das lendas na construção da cultura potiguara. Quando se fala em lendas, o que nos vem à mente são histórias passadas de geração para geração através do uso da oralidade, porém é notório que alguns autores vêm registrando de forma escrita essas lendas que permeiam o imaginário das aldeias, permitindo que as novas gerações tenham um registro escrito dessas histórias e que elas não sejam apagadas do consciente popular. Além disso, as lendas possuem um caráter espiritual e religioso para os povos indígenas, porque não só explicam como também dão sentido a determinados fenômenos naturais e espirituais, como a origem dos homens, dos seres da natureza (planetas, estrelas, animais, plantas) e a própria existência humana. Assim, funcionam como textos sagrados, ainda quando orais.

No entanto, é importante não apenas o registro dessas lendas, mas também sua análise e descrição, ou seja, saber como se constituem e se caracterizam textualmente. Um trabalho descritivo dessas narrativas fornecerá subsídios para docentes e interessados no uso desses textos, tanto no ambiente de sala de aula, como na academia.

Partindo dessa necessidade, elaboramos nossas questões de pesquisa: Quais as principais características linguístico-discursivas das lendas indígenas? Como se constitui a argumentatividade nessas lendas?

A fim de responder a essas questões, traçamos o seguinte objetivo geral: analisar as características linguístico-discursivas de lendas indígenas do povo Potiguara da Paraíba, com foco em seus aspectos argumentativos. De forma específica, objetivamos

- Descrever o gênero lenda, observando sua funcionalidade e seus elementos caracterizadores;

- Mapear os elementos linguístico-discursivos que materializam argumentatividade no gênero lenda, em especial os modalizadores discursivos.

A investigação fundamenta-se, teoricamente nos estudos sobre os gêneros textuais ou discursivos, os quais vêm sendo base para diversas investigações na linguística. Para tais estudos existem teóricos que são de suma importância para o melhor entendimento sobre o tema, entre os quais Bakhtin (1997), Bronckart (1999), Schneuwly (1999), Bezerman (2007), entre outros teóricos que trouxeram à luz a questão do gênero textual com diferentes enfoques, como sua conceituação, sua vinculação e sua aplicabilidade na sociedade. O foco pode se dirigir à materialidade linguística, ao sujeito que produz o texto, ou ainda aos leitores dos textos, conforme a perspectiva teórica adotada.

É importante assinalar que os gêneros textuais ou discursivos permeiam nosso dia a dia, eles estão intrinsecamente ligados à sua aplicabilidade e funcionalidade sociodiscursiva. Estes textos podem ser orais ou escritos, desde que apresentem um conjunto de características, os quais determinarão a que gênero discursivo, estão ligados a partir de três aspectos básicos: a estruturação, o conteúdo temático e ao estilo.

Com base nessa premissa, este TCC seguirá a seguinte ordem de escrita: no primeiro capítulo, será discutido o gênero discursivo lenda, com foco na sua funcionalidade e nos elementos caracterizadores; no segundo capítulo, será abordada a argumentação linguística, com foco nos modalizadores; e o terceiro capítulo trará um estudo sobre a argumentação na construção das lendas indígenas e o quarto capítulo uma análise da função dos modalizadores na construção deste gênero textual.

Neste trabalho de conclusão de curso um dos elementos principais são os elementos que atuam como indicadores de argumentação, o qual denominamos modalizadores discursivos. Esses modalizadores são os encarregados linguisticamente de evidenciar o ponto de vista do falante, assegurando-lhe o modo como ele elabora o discurso, ou seja, sua intencionalidade. Castilho e Castilho (1993, p. 217), asseveram que “diferentes recursos linguísticos estão a serviço dessa ação argumentativa: modos verbais, verbos auxiliares, adjetivos, advérbios, entre outros.”

A metodologia que embasa este TCC partirá de uma investigação e análise de caráter descritivo e interpretativo, de natureza qualitativa, na qual a base serão os teóricos adotados como referencial. Essas análises terão como *corpus* as lendas que constituem o imaginário das aldeias indígenas potiguaras do Litoral Norte da Paraíba, que foram

registradas de forma escrita em livros, que por sua vez são utilizados nas salas de aula das escolas das aldeias, como forma de resgatar a história e a cultura do próprio povo potiguara.

Desta forma, o estudo do gênero textual lendas, com foco nas lendas indígenas e o uso dos modalizadores, serão as primícias da escrita deste TCC, que servirá como caminho para próximos estudos sobre a temática.

II- OS GÊNEROS DISCURSIVOS E A LENDA

Os gêneros discursivos vem sendo objetos de estudo de diversos teóricos e linguistas preocupados em compreender a interação verbal e as diversas situações de interlocução propiciadas por eles. Nesse sentido, este capítulo apresenta um breve panorama dos estudos a respeito dos gêneros discursivos ou textuais, identificando como esses são caracterizados e, por fim, se detém no gênero lenda, objeto da investigação aqui apresentada.

2.1 Gênero discursivo: um pouco de história

Os gêneros textuais têm sido objeto de estudo constante por parte dos pesquisadores preocupados com uma prática que privilegie a interação verbal e as diversas situações de interlocução. Entretanto, nas palavras de Marcuschi (2008, p. 147), “o estudo dos gêneros textuais não é novo e, no Ocidente, já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática, iniciou-se com Platão”. Essa observação indica que, devido ao longo período de observações, o tema apresenta diversos enfoques teóricos ainda hoje.

Ao longo da história os gêneros textuais recebem algumas definições. Ao lançar um olhar sobre a Antiguidade Clássica percebe-se que os gêneros eram definidos com base em alguns elementos, entre os quais sua forma, sua composição e seu conteúdo. Dessa forma, observamos que haviam três gêneros, o lírico, o épico e o dramático. Estes gêneros possuíam características diferentes e abordagens diferentes para o leitor (receptor). Ao chegarmos na Idade Média, percebe-se que a distinção entre os gêneros estava ligada tanto aspecto literário e social, visto que considerava o papel social que a personagem ocupava dentro da obra, a fim de classifica-la. (BORGES, 2012)

Em meados do século XVIII, os modelos dos gêneros propostos pelos gregos e posteriormente assumido pelos renascentistas, entram em decadência em decorrência das diversas revoluções que permearam o fim deste século e início do século XIX. É exatamente no século XIX, que o estudo referente aos gêneros assume novas perspectivas, a partir do surgimento da Ciência da Linguagem, a qual recebe o nome de Linguística.

Durante os séculos que se sucederam XX e XXI, houve a pesquisa e o desenvolvimento de algumas teorias ligadas à definição de gêneros textuais ou discursivos, entre os quais estão a teoria sócio-histórica e dialógica de Bakhtin; a sociorretórica e sócio-histórica cultural de Miller, Swales, Bezerman e Devitt; interacionista e sociodiscursiva de Schneuwly, Dolz e Bronckart; comunicativa de Bergmann entre outras teorias que fundamentam o estudo e a discussão sobre os gêneros textuais. (BORGES, 2012)

Em linhas gerais ao observarmos o estudo e as teorias em torno dos gêneros textuais, percebemos a grande influência de Bakhtin. Essa perspectiva bakhtiniana influenciou diretamente as diretrizes oficiais da educação na área da linguística e sua prática em sala de aula.

2.1.1 Bakhtin e sua influência nos estudos sobre os gêneros

Ao observarmos o desenvolvimento da linguística, percebemos a grande influência do teórico Bakhtin, que é considerado um dos maiores pensadores do tema Gênero do Discurso. Em suas obras o teórico construiu uma teoria sobre os gêneros que viria influenciar o pensamento de outros teóricos de grande importância para a linguística. Na obra “Estética da criação verbal”, publicado originalmente em 1979, são contempladas as três fases do autor, a fenomenológica, a marxista sociológica e a antropológica e sintética.

Na teoria criada por Bakhtin, observa-se o caráter social da linguagem, no qual o texto é um produto da interação social entre os sujeitos e as palavras são entendidas como sendo o produto dessas trocas sociais mediadas por situações reais e concretas que vem a definir a vida de uma comunidade linguística. Desta forma, “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 2003, p. 280).

Os enunciados, de acordo com Bakhtin, são constituídos por conteúdos temáticos, estilo verbal e construção composicional, aos quais o teórico dá a denominação de gêneros discursivos. Desta forma, o gênero é constituído de uma relação entre aspectos que caracterizam cada uma das situações comunicativas que mantêm uma estabilidade. Assim, os gêneros, de acordo com o teórico, são compreendidos como tipos relativamente

estáveis de enunciados, que são realizados em situações habitualmente estabelecidas e compartilhadas pelos sujeitos, que por sua vez são capazes de reconhecer o gênero após sua utilização. Para Bakhtin, “cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando e à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (BAKHTIN, 2003, p. 280)

Para Bakhtin existe uma diferença entre os gêneros do cotidiano e aqueles das situações mais formais do uso da língua, denominados, respectivamente, de gêneros primários ou simples e gêneros secundários, ou complexos. Os gêneros simples são aqueles relacionados ao uso diário da língua, das situações mais coloquiais e familiares, a exemplo da conversa, do bilhete, das narrativas orais, em contextos informais. De acordo com o teórico, os gêneros mais complexos enquadram o romance, o teatro, o discurso científico, entre outros que transformaram o gênero simples em algo de mais complexidade.

A teoria desenvolvida por Bakhtin está atrelada a uma concepção segundo a qual linguagem é um meio de interação, por isso, ainda hoje muitos teóricos e estudiosos bebem da fonte de sua teoria linguística, trazendo novos olhares e perspectivas.

2.1.2 Os gêneros e o grupo de Genebra

O grupo de Genebra liderados pelos teóricos Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, entre outros, são os estudiosos do grupo que, há quase duas décadas, vêm desenvolvendo, na Universidade de Genebra, pesquisas sobre o ensino de língua com base nos gêneros. Esse grupo resgatou a proposta de Bakhtin baseada no gênero discursivo, aplicando-a em suas escolas, a fim de desenvolverem uma didática de produção de texto baseada nos gêneros textuais.

A partir da teoria de Bakhtin, Schneuwly e Dolz definiram o gênero como sendo “formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais de práticas de linguagem” (1999, p. 7). Desta forma, para os teóricos existem três dimensões que caracterizam o gênero, são elas:

- Conteúdos e conhecimentos que os tornam divisíveis;
- Elementos constitutivos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas nos textos;
- Configurações específicas das unidades da linguagem.

Apesar da diversidade em torno das práticas de linguagem, o gênero consegue manter certa regularidade, o que vem a lhe conferir uma estabilidade, que por sua vez podem ser reconfiguradas de acordo com as mudanças no curso da intenção da linguagem.

Podemos entender que os gêneros são efetivamente a concretização da prática de linguagem, ou seja, não existe atividade que se proponha a trabalhar a linguagem sem ter como base o gênero. De acordo com Dolz e Schneuwly (1999, p. 6), “é através dos gêneros que as práticas de linguagem encarnam-se nas atividades dos aprendizes”. Quando falamos de aprendizagem da linguagem, essa situa-se entre o espaço da prática e a atividade propriamente dita, é nesse contexto que acontecem as maiores transformações dos aprendizes frente às práticas de linguagem.

Os gêneros são os intermediários para essa aprendizagem, por isso, eles constituem-se como objetos de ensino, como também instrumento de pesquisa por diversos teóricos, assim Dolz e Schneuwly falam que o gênero é “megainstrumento que fornece um suporte para a atividade nas situações de comunicação e uma referência para os aprendizes” (1999, p. 7).

Na perspectiva do âmbito escolar, os gêneros na prática das salas de aula de acordo com Dolz e Schneuwly (1999), existe um entendimento que essa relação, o gênero perdeu seu caráter de instrumento comunicativo, porém, ao mesmo tempo mantem-se como sendo objeto de ensino aprendizagem, no qual o gênero é entendido ou mesmo percebido pelo aluno no contexto unicamente da escola. Nesse contexto, o reconhecimento sócio-histórico dos textos é necessário, perceber que em períodos da história eles responderam as vozes sociais, implica de acordo com a teoria de Bakhtin dizer que os textos não são aleatórios, pois eles possuem uma intencionalidade, essa é a ideia que deve permear as salas de aula em sua prática de trabalho com gêneros no contexto escolar.

[...] Os gêneros, como atividade de ensino-aprendizagem de leitura e escrita, requerem práticas de socialização dos conhecimentos construídos, para que se possa pensar, interagir, inferir, questionar, acrescentar. O gênero precisa ser um condutor de novas ideias e visões de mundo, oportunizando conhecimentos plurais [...] (BORGES, 2012, p.125).

Através dessa percepção do uso dos gêneros textuais, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), a escola deve ser um lugar de oportunizar o contato com os mais variados gêneros, como define este documento “a famílias de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado”. (BRASIL, 1998, p.22).

Nas escolas brasileiras o trabalho em torno do gênero foi bem aceito entre os docentes e houve uma intensa produção de livros sobre a temática. As atividades que compõem as sequências didáticas está a produção textual, que deveria fornecer informações sobre a estrutura e formação do gênero, infelizmente algumas dessas atividades desconsidera a prática social imbuída no gênero textual.

Nesse contexto, percebe-se que o trabalho com o gênero na escola trouxe uma relevante contribuição para o processo ensino aprendizagem. Entender que os gêneros permeiam a vida cotidiana, e saber usá-los de forma a favorecer a interação entre os sujeitos é a proposta da teoria bakhtiniana.

2.1.3 Os gêneros em uma perspectiva sociorretórica

Estudiosos americanos com influência antropológica, sociológica e etnográfica criaram a perspectiva sociorretórica ou sócio-histórica e cultural, baseado em uma nova retórica e no teórico Bakhtin. Para Marcuschi (2008) a questão dos gêneros textuais nessa corrente:

[...] preocupa-se com a organização social e as relações de poder que os gêneros encapsulam. Tem uma visão histórica dos gêneros e os toma como altamente vinculados com as instituições que os produzem. A atenção não se volta ao ensino, e sim para a compreensão do funcionamento social e histórico, bem como sua relação com o poder (MARCUSCHI, 2008, p. 153).

Com uma teoria pautada em atividades, tipificação e fatos sociais essa desenvolve o conceito de gênero como formas de vida, na qual observar-se de forma clara a presença do filósofo Wittgenstein, na segunda fase de sua trajetória filosófica, a qual dirige sua atenção aos jogos de linguagem, os quais ele define como “processos de uso de palavras” (2009, p.18), ou seja, “totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (2009, p. 19), nessa perspectiva essa teoria vê o gênero atrelado às atividades que realizamos socialmente, em que palavras ganham sentido no seu uso cotidiano, “parte de uma atividade ou forma de vida” (2009, p. 27).

Os jogos de linguagem são parte da vida cotidiana, parte de uma forma de vida e praticados no meio social em que falamos e vivemos. Não somente as palavras pertencem aos jogos como também seus participantes, objetos e elementos contextuais. Daí a razão de se considerar a linguagem no seu uso, na atividade cotidiana, como parte das ações humanas entendidas como parte da vida. (BORGES, 2012, p.128).

Todos os usuários da língua percebemos que ela não é meramente um sistema de comunicação formado por símbolos usados para expressar ideias. Mas, podemos e devemos compreendê-la como uma forma de vida e uma forma de ação, como apregoa Wittgenstein. Essas atividades discursivas estão organizadas em gêneros, que por sua vez compreendem uma forma de vida da nossa língua. (MARCUSCHI, 2005). A linguagem é uma atividade humana que está em constante movimento, pois, ela tem o papel de realizar uma interação entre os envolvidos na comunicação, uma dessas formas são os gêneros textuais, alguns autores dessa corrente do gênero como ação social são Miller (percursora), Bazerman e Devitt.

Para Miller, a comunicação através dos gêneros deve ser entendida como forma integrante da comunicação social e retórica. Corroborando com essa teoria Reinaldo, afirma que Miller introduziu o gênero como “uma forma de ação social, tornando-o dependente da estrutura e complexidade de cada sociedade”. (REINALDO, 2010, p.166). Em sua teoria Miller compreende dois aspectos que considera relevante para o gênero: a retórica recorrente, que se entende por tipificação, e a fusão entre a situação, a forma e a substância.

Bezerman (2005) compreende o gênero como sendo uma construção psicossocial, a mesma é ativada pelo sujeito para o reconhecimento e construções de ações retóricas recorrentes tipificadas, não sendo assim uma categoria linguística moldada por

características textuais. Reinaldo (2010) explica que para Devitt (2004) outro importante estudioso desta corrente, a releitura do gênero como ação social que integra três elementos, a cultura, a situação e outros gêneros.

[...] com esse conjunto de elementos definidores do gênero, Devitt (2004) amplia o conceito de gênero de Miller, defendendo que um gênero não é uma resposta a uma situação recorrente, mas um elo entre ações de um indivíduo e um contexto socialmente definido, numa dinâmica recíproca em que as ações dos indivíduos constroem e são construídas pelo contexto recorrente da situação, contexto da cultura e contexto de gêneros (REINALDO, 2010, 174).

Para estudiosos da corrente linguista sociorretórica, os gêneros textuais são inerentes às atividades humanas, observando que como a linguagem muda de acordo com as mudanças sociais, os gêneros também mudam. Assim, se as situações sociais e históricas se modificam, os gêneros que as refletem também mudam, emergindo dessa forma novos gêneros advindos de outros já existente. De acordo com Devitt (2004), tanto as mudanças sociais, quanto as mudanças pessoais influenciam na mudança dos gêneros, podendo ser entendidos como mudanças genéricas em nível social, quanto específico para o nível individual, pois, as mudanças e propósitos individuais e pessoais também podem ocasionar as mudanças nos gêneros. Corroborando com Devitt, Bazerman (2009) diz “na medida em que as pessoas o tomam como real e na medida em que essa realidade sócio-psicológica influi na sua compreensão e no seu comportamento” (BAZERMAN, 2009, p. 50).

De acordo com Bazerman (2009), o conjunto de gêneros compreende os diversos conjuntos de gêneros, esses conjuntos de gêneros por sua vez são utilizados por pessoas que convivem juntas socialmente, como por exemplo no ambiente de trabalho, onde esses conjuntos de gêneros são organizados e padronizados, estabelecendo uma produção, circulação e uso desses documentos. Esse entendimento nos faz perceber a existência de um sistema de gênero, que também é um sistema de atividades que organiza nosso trabalho, atenções e realizações entendido como tipificações das ações sociais de determinado grupo de sujeitos.

Nesse contexto, o sistema de compreensão da linguagem humana está ligado à ideia de gênero como uma ação humana e social. Assim, ao observamos essa teoria o contexto é um dos maiores influenciadores do conceito de gênero que iria tomar forma.

Carvalho (2005) esclarece que “passa-se então a olhar a fala ou a escrita como instâncias cujo objetivo é atingir determinado propósito em certa situação social, em vez de se prestar atenção exclusiva ao texto ele mesmo, como artefato linguístico apenas” (CARVALHO, 2005, p. 131).

Miller (1984/ 1994), desenvolveu um dos conceitos considerado mais esclarecedores sobre a questão do gênero, no qual ele é entendido como “ações retóricas recorrentes” ou mesmo “artefatos culturais” ou ainda como “forma de ação social”, já que a autora compreende que existe uma definição de gênero não centrada na forma do discurso, mas centrada na ação utilizada para a sua realização. (MILLER, 2004). Nessa perspectiva teórica, Miller compreende o gênero através das seguinte ótica “compreender os gêneros socialmente pode nos ajudar a explicar como encontramos, interpretamos, reagimos e criamos certos textos”. (MILLER, 1984, p. 151).

Compreendendo que tanto os textos orais quanto os escritos orientam o nosso cotidiano, nossa forma de perceber e agir no mundo, já que podem nos esclarecer, ensinar e guiar por uma infinidade de saberes aos quais temos acesso. As nossas práticas sociais são imbuídas de práticas de letramento, desta forma não concebemos realizar ações onde a linguagem não esteja envolvida. Para Bezerman (2006), os gêneros não podem ser compreendidos apenas como formas, mas devem ser entendidos como formas de vida e formas de ser.

[...] São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar (BEZERMAN, 2006, p. 23).

O gênero como atividade social torna-se uma importante ferramenta para o convívio social, que são responsáveis por orientar aspectos sociais. Os gêneros são capazes de impor opiniões, influenciar regras sociais e reforçar valores de um determinado grupo social, percebe-se que os gêneros têm influência direta na vida dos sujeitos. Borges (2012), entende que a forma de comunicação através dos gêneros está presente em nossas ações diárias, desde como organizamos nosso cotidiano, o que vem a resultar nas formas tipificadas e de fácil reconhecimento.

Devitt (2004, p. 90) afirma que “mesmo a natureza do nosso mundo, fluido e inconstante, requer que nós compreendamos gênero como dinâmico”. Nesse sentido, os gêneros estão intrinsecamente ligados a situações retóricas a que pertencem, como as situações são diversas, os gêneros também devem ser flexíveis acompanhado as mudanças sociais de forma dinâmica.

2.2 Os gêneros e sua funcionalidade

Os estudos em torno dos gêneros discursivos, clama para que situemos a discursividade nas atividades humanas dialógicas. Desta forma, um sujeito é incapaz de produzir um diálogo sozinho, essa relação só existe em relação a outro sujeito, e a alteridade das vozes desse diálogo possibilita que seja re significada. Percebemos assim que, as manifestações históricas, sociais e culturais que envolvem a linguagem, assim como os gêneros não podem ser concebidas fora das atividades sociais do ser humano.

De acordo com Bakhtin (1997, p.279), os gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, que por sua vez são produzidos através da utilização da língua. Os enunciados por sua vez, estão ligados a especificidade e objetivos do discurso, o qual deve considerar em primeiro lugar a temática abordada; os recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais para sua construção. Para Bakhtin (1997), a natureza do homem é social; mas a linguagem é por natureza ideológica, caracterizada por ser um cenário social de desenvolvimento do homem.

De maneira geral, a nomenclatura gêneros textuais e/ou discursivo é utilizada para se referir aos textos que utilizamos diariamente, nos mais diversos grupos sociais, quando interagimos diariamente, nos mais diversos grupos sociais, quando interagimos. São exemplos desses gêneros os mais diversos textos orais e escritos, formais ou informais: conversa, telefonema, carta, ofício, petição, aula expositiva, notícias, romance, etc. (NASCIMENTO, 2012, p.21).

É importante ressaltar que as manifestações do gênero discursivo, podem ser verbais e não verbais, porém marcadas pela heterogeneidade. Assim, cada esfera comunicativa mantém um repertório de gêneros discursivos, que estão ligados aos objetivos dos sujeitos envolvidos no discurso.

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 1997, p. 283-284).

Seguindo o entendimento de Rojo (2005), a existências das diversas esferas de comunicação, faz com que os sujeitos usuários da língua a utilizem de forma distinta, para que possam atingir seus propósitos comunicativos. Essa afirmação explica a quantidade de gêneros discursivos que vem a caracterizar os diferentes usos da linguagem, como também a complexidade que a manifestam.

Em cada uma destas esferas comunicativas, os parceiros da enunciação podem ocupar determinados lugares sociais – e não outros – e estabelecer certas relações hierárquicas e interpessoais – e não outras; selecionar e abordar certos temas – e não outros; adotar certas finalidades ou intenções comunicativas – e não outras, a partir de apreciações valorativas sobre o tema e sobre a parceria. (ROJO, 2005, p. 197).

A teoria de Bakhtin sobre o discurso, defende que este é um dos pilares do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), uma corrente fundada por Bronckart (1999), que se volta para a didática das línguas. Para o linguista “as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de socialização, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos” (BRONCKART, 1999, p. 21).

Para Bronckart (1999), as atividades verbais do gênero discursivo se realizam através de textos empíricos, conforme afirma:

O texto singular ou empírico, portanto, designa uma unidade concreta de produção de linguagem, que pertence necessariamente a um gênero, composta por vários tipos de discurso, e que também apresenta os traços das decisões tomadas pelo produtor individual em função da sua situação de comunicação particular (BRONCKART, 1999, p. 77).

Através dessa perspectiva, as produções textuais constituem-se em manifestações empíricas da linguagem, a qual tem a função de veicular uma mensagem organizada, afim de produzir efeito coerente para o seu destinatário. Ao compreender que todo texto produzido com base em um modelo textual e que todo texto pertence ao conjunto de

gênero, Bronckart (1999), preferiu adotar a denominação gênero de texto em vez de gênero do discurso, conforme Bakhtin (1997).

Observando o diálogo entre os linguistas Marcuschi (2008), Bakhtin (1997) e Bronckart (1999), percebe-se o caráter social dos gêneros, além de observar que os textos, apresentam padrões e características definidos socialmente para efetiva comunicação, assim Marcuschi (2008, p. 155) diz que os textos em sua composição sócio-histórica “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”.

É importante destacar que os conceitos escrutinados pelos autores citados, alguns fatores são considerados determinantes para a constituição dos gêneros, são eles: seu caráter sociocomunicativo, seu caráter sócio-histórico e sua estabilidade, pois os gêneros podem sofrer mudanças de acordo com a intenção comunicativa dos falantes. De acordo com Marcuschi (2008, p.155), o conceito de discursividade aproxima-se do que Bakhtin (1997) designa como “esfera da atividade humana”, que está intrinsecamente ligado as instâncias de discursividade (discursos políticos, acadêmicos, jurídicos, etc). Observando essas instâncias percebe-se que dão origem a um conjunto de práticas discursivas, que por sua vez consolidam-se em vários gêneros, que podem ser validados pelos falantes e também estabelecer uma relação de poder.

Outro autor que também defende que a comunicação acontece através dos gêneros é Swales (1990), que associado a corrente sociorretórica dos gêneros, seu principal interesse estava em “avaliar os propósitos retóricos, revelar as estruturas da informação e explicar escolhas sintáticas e lexicais”. (SWALES, 1990, p. 3). Dessa forma esse teórico oferece para os pesquisadores do gênero uma definição profunda e consistente:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham algum conjunto de propósitos comunicativos. Tais propósitos são reconhecidos pelos *experts* da comunidade do discurso original e, assim, constituem a lógica para o gênero. Essa lógica molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe a escolha de conteúdo e estilo. Propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado quanto um que opera para manter o escopo de um gênero como aqui concebido estritamente focado em ação retórica comparável. (SWALES, 1990, p. 58).

A definição do autor nos leva a compreensão que, os gêneros são categorizados através de padrões formais ou contextuais recorrentes no uso da linguagem. Enquanto a linguagem é constituída pelo discurso, sua função e seu contexto de produção e recepção.

É importante perceber que um gênero pode englobar mais de um propósito comunicativo, que algumas vezes não aparecem de forma explícita ou podem ser identificados facilmente. A comunidade discursiva, se constitui por um grupo de sujeitos que compartilham de gêneros e traços retóricos bem definidos e que têm a função social de validar as atividades interacionais, como também a aptidão da produção de novos gêneros (BIASI-RODRIGUES; ARAÚJO; SOUZA).

Apesar das diversas teorias sobre os gêneros textuais, foi Bakhtin que estabeleceu critérios para a definição de qualquer gênero textual discursivo (NASCIMENTO, 2012). Observa-se que para Bakhtin além de se considerar a esfera sociocomunicativa dos gêneros textuais, é necessário observar também as circunstâncias de sua produção e as intenções de produção de determinados gêneros.

2.2.1 Elementos caracterizadores dos gêneros: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo linguístico

No final da década de 80 e início dos anos 90, estudos em torno dos gêneros discursivos já eram uma realidade no Brasil, porém restrito ao âmbito acadêmico. Dessa forma, falar sobre “tipologia textual”, era de mais fácil assimilação para estudantes e professores, que teriam que trabalhar nessa perspectiva em sala de aula. Para Bakhtin (1994), todo enunciado, seja ele oral ou escrito, está intrinsecamente ligado a textos antecedentes e suscita textos futuros. “Da perspectiva bakhtiniana, portanto, a linguagem se constitui como uma espécie de diálogo na medida em que todo enunciado retoma vozes anteriores e pode, igualmente, ser empregado em discursos futuros”. (MACIEL, 2015, p. 251).

Considerar que todo enunciado é composto por três elementos constitutivos- a construção composicional, o conteúdo temático e o estilo linguístico- é dizer que todo enunciado se realiza de acordo com determinadas características ligadas a um determinado gênero discursivo. (BAKHTIN, 2003). Pesquisar como as relações

dialógicas perpassam os elementos constitutivos dos enunciados linguístico, é importante para entendermos as lendas, como sendo representantes do gênero discursivo.

De acordo com Nascimento (2012), Bakhtin estabeleceu os critérios básicos para a definição de qualquer gênero textual discursivo. Ao considerar a função sociocomunicativa, na qual as circunstâncias e as intenções são determinantes para a escolha do gênero a ser utilizado. Para isso esses três aspectos são importantes:

- **Conteúdo temático:** esse aspecto diz respeito ao tipo de informação, ou seja, o objeto do dizer. De acordo com Nascimento (2012), isso quer dizer que cada gênero textual é utilizado para a veiculação de determinados conteúdos, assim o tratamento dado a esse conteúdo vai depender não apenas do gênero, mas também da intenção daquele que produz a informação. Assim, “o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso” (BAKHTIN, 2000, p. 301).
- **Estilo Verbal:** está intrinsecamente ligado aos aspectos lexicais, fraseológicos e gramaticais como diz Nascimento (2012). Bakhtin (2000, p. 283), diz que “o estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”. Percebe-se que estratégias de modalização, da polifonia e da utilização de operadores argumentativos variam de acordo com o gênero textual utilizado pelo locutor. (NASCIMENTO, 2012).
- **Estrutura composicional:** esse último critério, de acordo com Bakhtin, refere-se a forma de um determinado gênero do discurso; percebemos assim que as questões discursivas tem “o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma de gênero determinado” (BAKHTIN apud NASCIMENTO, 2000, p. 301). É nesse contexto de composição estrutural que somos capazes de prever, já pela forma, que um texto pertence a um determinado gênero, identificando assim a possível intenção de que o produziu.

Marcuschi (2008) afirma que cada gênero possui uma determinada intencionalidade específica dentro do seu contexto de produção. O autor ainda é enfático ao dizer que “todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas sua determinação se dá basicamente pela função e não pela forma” (MARCUSCHI, 2008, p. 150).

É importante salientar que, ao analisar um gênero é preciso considerar o aspecto de sua funcionalidade. A partir desse prisma, podemos observar que todo gênero textual possui um suporte, assim definido pelo autor: “entendemos aqui como suporte de um gênero um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 147). Nesse contexto, o suporte é responsável justamente por abarcar uma extensa gama de várias formas materializadas de uso linguístico.

2.3 Gênero Textual Lenda

A terminologia lendas comporta contradições. Em 1970, um folclorista chegou a propor a sua definição como:

[...] uma história ou narrativa que pode nem mesmo ser uma história ou narrativa; ela se dá em um passado histórico recente que pode ser concebido como remoto ou anti-histórico, ou nem mesmo em um passado; ela é tida como verdadeira por alguns, falsa por outros, e ambos ou nenhum dos dois pela maioria. (GEORGES, 1971 apud BRUNVAND, 2002, p. 112).

Dentro de outra perspectiva, Dégh (2001), através de um levantamento de ordem cronológica das definições do termo lenda, proposta por americanos e europeus estudiosos do tema, no último século quis identificar semelhanças entre os elementos que as compõe. Nesse sentido é apresentado lenda como sendo contexto, lenda como resposta coletiva, lenda entre o extraordinário e o mundano, lenda como sendo um gênero emergente e lenda como dialética. Para Fine lenda é:

[...] uma narrativa que um contador apresenta a uma plateia no contexto de seu relacionamento. O texto é um relato de um acontecimento no qual o narrador ou um contato pessoal imediato não esteve envolvido, e é apresentado como uma proposição para a crença; não é sempre tido como verdadeiro pelo falante ou plateia, mas é apresentado como algo que poderia ter ocorrido, e é contada como se tivesse acontecido. As ocorrências são eventos notáveis do tipo dos que são supostamente “estranhos, mas verdadeiros”. (FINE, 1992, p. 2).

Percebemos que a lenda circula em uma comunidade, ou seja, em um determinado contexto reconhecível a membros desta comunidade, como por exemplo nas comunidades indígenas. Quem faz parte de uma determinada comunidade e com ela faz uso das mesmas práticas discursivas e sua prática de funcionamento, essas regras são mais ou menos conscientes. De acordo com Leal et all (2016, p. 92), “A lenda é um tipo de narrativa que

se caracteriza pelo fato de não ter a pretensão de ser uma verdade definitiva”. Muitos fenômenos naturais, são explicados em forma de lendas, em muitos casos como nas comunidades indígenas servem como aporte para a manutenção da sua cultura, bem como a compreensão e organização de uma determinada comunidade.

A lenda apresenta uma relação direta com o momento histórico do povo que a cria. Nesse sentido, as lendas nos fornecem um caminho simples para os fatos culturais de uma civilização. Com isso passamos a conhecer os mecanismos da variação cultural e, principalmente o modo de pensar de cada povo, num dado momento de seu desenvolvimento histórico. (MACHADO, 1994, P. 97).

É importante assinalar, no entanto, que para as culturas indígenas, a exemplo do povo potiguara, do qual faço parte, as lendas adquirem um caráter religioso, de texto sagrado. Tratam-se de textos explicam e dão sentido a determinados fenômenos naturais e espirituais. Através das lendas explicamos a origem do mundo, dos homens, do sol, da lua, dos animais e das plantas. Explicamos e damos sentido também às entidades espirituais e da natureza, como a mãe d’agua, a comadre fulozinha, a jurema, os caboclos, entre outros. Nesse sentido, para os povos indígenas, essas narrativas são textos sagrados, que falam de crenças, de verdades admitidas por todos da comunidade.

Nessa perspectiva, nosso trabalho busca compreender as lendas indígenas que compõem o imaginário do povo indígena potiguara, através de um olhar dos elementos linguístico-discursivos que materializam argumentatividade no gênero lenda, em especial os modalizadores discursivos, com o propósito de trazer mais atenção às narrativas populares.

2.3.1 A lenda da Mani-oca: seus elementos caracterizadores

A fim de identificar como os elementos linguístico-discursivos que caracterizam uma lenda se manifestam no texto, apresentamos, a seguir, um exemplar de uma lenda indígena potiguara, a lenda da mani-oca.

MANI-OCA (Casa de Mani)

Em tempos idos, apareceu grávida a filha de um chefe selvagem, que residia nas imediações do lugar em que está hoje a cidade de Santarém. O chefe quis punir no autor da desonra de sua filha, a ofensa que sofrera seu orgulho e, para saber quem ele era, empregou debalde rogos, ameaças e por fim castigos severos. Tanto diante dos rogos como diante dos

castigos a moça permaneceu inflexível, dizendo que nunca tinha tido relação com homem algum. O chefe tinha deliberado matá-la, quando lhe apareceu em sonho um homem branco, que lhe disse que não matasse a moça, porque ela efetivamente era inocente, e não tinha tido relação com homem. Passados os nove meses, ela deu à luz uma menina lindíssima e branca, causando este último fato a surpresa não só da tribo como das nações vizinhas, que vieram visitar a criança, para ver aquela nova e desconhecida raça. A criança, que teve o nome de Mani e que andava e falava precocemente, morreu ao cabo de um ano, sem ter adoecido e sem dar mostras de dor. Foi enterrada dentro da própria casa, onde era descoberta diariamente, sendo também diariamente regada a sua sepultura, segundo o costume do povo. Ao cabo de algum tempo, brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram de arrancar. Cresceu, floresceu e deu frutos. Os pássaros que comeram os frutos embriagaram-se e este fenômeno, desconhecido dos índios, aumentou-lhes a superstição pela planta. A terra afinal fendeu-se; cavaram-na e julgaram reconhecer no fruto que encontraram o corpo de Mani. Comeram-no e assim aprenderam a usar a mandioca. [O fruto recebeu o nome de Mani-oca, que quer dizer: casa ou transformação de Mani, nome que conservamos corrompido na palavra mandioca, mas que os franceses conservam ainda sem corrupção] (COUTO DE MAGALHÃES, 1935, p. 167-168).

A lenda acima é uma das mais conhecidas entre os povos indígenas, e a passagem de sua forma oral para a escrita em língua portuguesa aconteceu em meados do século XIX, pelo então pesquisador Couto de Magalhães, que por sua vez a ouviu de uma senhora que a conhecia como lenda: “Ei-la tal qual me foi referida pela mãe do senhor coronel Miranda, ex-tesoureiro da tesouraria da fazenda do Pará, senhora respeitosa de cerca de 70 anos de idade e que reside em Belém” (MAGALHÃES, 1935, p.166).

A palavra “mandioca” tão conhecida dos brasileiros, em uma perspectiva linguística poderia ser facilmente compreendida como o aportuguesamento da palavra MANI’OK, palavra do Tupi. Brait (2009, p. 159) fala que:

[...] marcada pela oclusão glotal ou glotal stop; indicando o A um índice nominal, verificando-se que a oclusão glotal teria levado ao registro, por parte do colonizador, de uma consoante linguodental sonora, o registro escrito dimensiona essa mesma palavra como motivadora de um enunciado concreto, produzido em condições sociohistóricas específicas.

A lenda pode ser compreendida como uma forma de perpetuar através da escrita a memória de um povo. Considerando a explicação linguística, o registro escrito desse gênero textual aponta para três importantes esferas: produção, circulação e recepção.

A primeira esfera de produção estaria intrinsecamente ligada ao cotidiano dos indígenas brasileiros, situada em um determinado tempo histórico, no qual a palavra se refere a uma planta ligada a alimentação desse povo, que também foi fundamental para a colonização desse país, conforme alguns antropólogos e estudiosos afirmam. É notório que até nos dias de hoje a mandioca é base da alimentação dos brasileiros.

A palavra mandioca circula na esfera cotidiana, designando planta, alimento, órgão sexual, participando de um léxico tão diversificado quanto a cultura brasileira – aipi, aipim, macaxeira, mandioca, mandioca-brava, mandioca-mansa, maniva, maniviera, pão-de-pobre, uaipi. (BRAIT, 2009, p.149).

Outra esfera ligada a esse texto diz respeito a sua escrita, a quem fez com que essa narrativa circulasse e sua recepção, a qual denominamos esfera mítica, que são aquelas que habitam o imaginário popular e que não podem ser explicadas cientificamente pelos populares. Por sua vez, a função é explicada na condição de memória e identidade de um povo. Brait (2009, p. 149) fala “Ligando-se a um tempo imemorial, configura-se como criação cuja transmissão acontece de boca em boca, feita pelos indígenas e pelos brancos que dela se apropriam”.

Desta forma, compartilham desse imaginário os indígenas, os brancos e os mestiços que possuem a mesma dimensão significativa, de um povo miscigenado em narrativas discursivas que para muitos pensadores do século XIX, seriam impossíveis apenas na dimensão mítica indígena. “Não apenas ela corre de boca em boca entre os habitantes do Brasil do século XIX, mas partilha com eles a ideia de nascimento de uma planta/alimento/ menina branca que dá origem a uma raça, a uma nacionalidade”. (BRAIT, 2009, p. 149).

A terceira esfera ligada a divulgação encontra-se intrinsecamente ligada ao registro etnográfico escrito de forma específica de produção, circulação e recepção. O mito ou lenda da mandioca está ligado a uma determinada comunidade, aqui no caso as comunidades indígenas do Brasil, que por sua vez foi registrada por um homem branco e ultrapassou a esfera dessa comunidade e encontrou outros receptores fora dessa comunidade.

A palavra que circulava pelo cotidiano, e que estava próxima do mito para uma determinada comunidade, transforma-se, pelo registro etnográfico, em dimensão histórica, antropológica, passando de narrativa com funções sociais e culturais específicas em língua oral indígena (suposta, mas não apresentada como fonte do registro), a lenda registrada e divulgada em língua portuguesa. (BRAIT, 2009, p.150).

Percebemos no decorrer da observação da lenda da mandioca, que desde seu registro até sua circulação e recepção são etapas importantes para o conhecimento do gênero textual. O gênero está ligado ao cotidiano das pessoas de tão introduzidos neste cotidiano, as vezes passam como simples formas de escrita.

No que se refere ao **conteúdo temático**, observa-se que o texto trata de uma lenda que explica a origem de uma planta (mandioca), cuja raiz é utilizada na culinária indígena não apenas do povo potiguara, mas de outros povos indígenas e que se tornou parte da alimentação de grande parte do povo brasileiro até os dias de hoje. A planta tem origem na cova, local de sepultamento, de uma criança indígena.

Para tal, é contada a história do nascimento e na morte dessa criança. Assim, do ponto de vista da **estrutura composicional**, a lenda mani-oca caracteriza-se por ser uma narrativa breve, cujos elementos principais são:

- **enredo**: a história e morte de uma criança branca, cuja mãe é a moça de um chefe selvagem. A moça foi jurada de morte pelo pai e é salva em razão de um sonho. A criança, cujo nome é mani nasce branca e fala e anda precocemente. Ela morre no seu primeiro ano de vida, sem nenhuma enfermidade, sendo sepultada em uma cova, conforme os costumes do povo. A cova é regada pelo seu povo e dela brota uma planta, que recebe o nome de mani-oca (casa de mani).

- **narrador**: o narrador é do tipo onisciente, que tem total conhecimento dos fatos acontecidos e dos personagens. O narrador conhece não apenas a história de mani, como também detalhes dos sentimentos do chefe do povo, dos seus sonhos e da sua moral.

- **personagens**: mani (a criança), sua mãe (a moça), o pai de mani (subentendido na narrativa), o chefe do povo (avô da criança), homem de cor branca (aparece no sonho do avô), indígenas, pássaros (que comeram a planta e se embriagaram).

- **espaço**: a narrativa se âmbito de uma comunidade indígena;

- **tempo**: o tempo da narrativa é mítico e passado (em tempos idos) e a narrativa se dá em torno de pouco mais de três anos – entre a gravidez da mãe, o nascimento da criança e sua morte, o tempo que brota a planta.

É importante observar que a lenda, além de explicar a origem mítica do alimento, acaba por revelar hábitos e costumes do povo (que sepultava seus mortos em covas, na

própria comunidade, e as regava) e detalhes de sua moral (a desonra causada no pai por uma gravidez de uma moça indígena sem um esposo).

No que se refere ao **estilo verbal**, é perceptível a utilização de elementos linguísticos próprios da narrativa: verbos no passado (apareceu, empregou, brotou etc); elementos caracterizadores da marcação temporal (em tempos idos, quando, passados os nove meses, ao cabo de um ano, a cabo de um tempo), da marcação espacial (nas imediações do lugar que está hoje a cidade de Santarém, dentro da própria casa), verbos e expressões que marcam os acontecimentos (apareceu grávida, quis punir, apareceu em sonho, deu à luz, foi enterrada etc.), entre outros.

A esses elementos, queremos somar os modalizadores discursivos, objeto de nossa investigação, que demarcam subjetividade (argumentação) na lenda. No capítulo seguinte, apresentamos esses elementos linguístico-discursivos.

III- A MODALIZAÇÃO COMO FENÔMENO ARGUMENTATIVO

Neste capítulo, apresentamos a modalização discursiva, como fenômeno semântico-argumentativo. Para tal, apresentamos, inicialmente, a concepção de argumentação linguística de Ducrot e colaboradores. Em seguida, traremos os estudos sobre a modalização, considerando-a como um fenômeno linguístico-discursivo que imprime posicionamentos no sujeito e orienta o discurso em razão de determinadas conclusões. Por fim, apresentamos a taxionomia dos modalizadores discursivos de Nascimento e Silva (2012), que será adotada para nossa investigação.

3.1 A argumentação linguística

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) foi desenvolvida pelos linguistas franceses Jean-Claude Ascombe e Oswald Ducrot, esse último ficando mais conhecido no universo acadêmico.

A teoria da argumentação linguística encontra-se situada na tradição estruturalista da língua, essa por sua vez procura explicar o funcionamento da língua sem recorrer a elementos exteriores. Essa teoria postula que a língua é um conjunto de frases, que permitem a construção de enunciados. O discurso, por sua vez, é composto por enunciados e suas articulações, a fim de dar significado e orientar. Neste sentido, consideramos que o uso da língua é argumentativo, pois indica a direção, projetando todo o seguimento do discurso. (GRÁCIO, 2015).

Ducrot (2009), esclarece que em algumas vezes a expressão argumentação linguística, será abreviada para argumentação. “Os mal-entendidos são devidos ao fato de que se tem a tendência de ler nossas pesquisas dando à palavra argumentação um sentido totalmente outro, ao qual eu reservarei aqui a expressão argumentação retórica”. (DUCROT, 2009, p. 20). De acordo com o linguista é necessário distinguir essas duas noções.

A argumentação retórica é entendida por Ducrot (2009), como sendo uma atividade verbal que visa fazer o interlocutor acreditar em algo ou alguma coisa. Pode-se dizer que essa atividade é um dos objetos tradicionais dos estudos da retórica.

Duas palavras de comentário sobre essa definição. Ela exclui voluntariamente a atividade que visa levar alguém a fazer alguma coisa. Mais exatamente, ela só considera o levar alguém a fazer se este é apoiado sobre um fazer crer, o que é uma grande limitação, porque há muito evidentemente outros meios de levar alguém a fazer alguma coisa que não seja a estratégia um pouco ingênua que consiste em fazê-lo crer que é bom para ele fazer essa coisa. Uma segunda limitação de minha definição é que eu considero unicamente como atividade verbal, a do escritor ou do orador que utilizam a palavra para fazer crer. Essa limitação é, também ela, muito importante porque há outros meios de fazer crer que não o de falar: pode ser suficiente pôr o destinatário numa situação em que ele tem interesse em crer o que se quer fazê-lo crer. Mas disso também, eu não me ocuparei, e considerarei unicamente a persuasão pela palavra, pelo discurso. (DUCROT, 2009, p. 20).

O segundo termo a ser definido é argumentação linguística, que como o linguista falou será abreviada algumas vezes como argumentação. Nessa exposição o segmento do discurso é constituído pelo encadeamento de duas proposições A e C, que estão ligadas de forma implícita ou explícita por um conector do tipo *donc* (portanto), *alors* (então), *par conséquent* (consequentemente), chamando A de argumento e C de conclusão. (DUCROT, 2009).

Essa definição pode ser estendida aos encadeamentos que ligam, não duas proposições sintáticas, mas duas sequências de proposições, por exemplo, dois parágrafos de um artigo. Os gramáticos e os linguistas interpretam geralmente esses encadeamentos A *donc* (portanto) C dizendo que A é apresentado como justificando C, como tornando C verdadeiro, válido, ou ao menos mais aceitável do que era antes de seu encadeamento a A. Uma grande parte de minha exposição será dedicada a contestar essa interpretação de A portanto C, até mesmo quando ela é atenuada pela formulação A é apresentado como justificando C, ou ainda a língua faz como se A justificasse C. (DUCROT, 2009, p. 21).

De acordo com Ducrot (2009), na medida em que a argumentação, a qual é chamada de retórica é entendida como um esforço verbal para fazer o interlocutor crer em algo ou em alguma coisa, assim a argumentação linguística pode ser compreendida como um meio direto, em especial se esta última receber a interpretação habitual ao qual o autor acaba de mencionar.

Parece, de fato, que um meio evidente de fazer admitir uma proposição C é o de justificá-la (de mostrar que ela é verdadeira) e que para justificar uma proposição possa haver interesse em apresentar primeiramente uma proposição A que se está pronto a aceitar e que tem com C uma relação conclusiva, uma relação em *portanto*. Sua crença em A pode então se completar com uma crença em C, a validade de A se transportando, por assim dizer, para C. Essa é uma concepção totalmente banal, e talvez mesmo inevitável, do papel da argumentação linguística na argumentação retórica. Vou tentar mostrar, com argumentos de linguista, que ela é não somente insuficiente, mas totalmente ilusória, e que os encadeamentos conclusivos dos discursos não constituem,

como tais, meios diretos de persuasão, nem mesmo meios parciais. (DUCROT, 2009, p. 21).

Ducrot (2009) insiste no caráter radical, que deu a oposição entre argumentação linguística e retórica. Ele não se contenta em mostrar a insuficiência da argumentação, como a definiu, para com a atividade retórica. O linguista diz que a crítica em torno da argumentação linguística é relativa, pois, o papel da argumentação é fundamentado principalmente no fato de que nossa argumentação nunca é algo imutável ou decisiva. Outra razão, talvez a última, os conceitos que fundamentam a argumentação são muito vagos e mal definidos.

A esse caráter não restritivo das argumentações do discurso acrescenta-se o fato de que a persuasão pede que nos apoiemos em outros motivos que não os racionais. É sobre isso que insiste a retórica tradicional, dizendo que a persuasão exige que não somente se dê razões que constituem o que se chama o logos, mas que se desenvolva além disso no ouvinte o desejo de crer verdadeiro (é o pathos) e, enfim, se confie no orador, que deve aparecer como alguém confiável, sério, e bem intencionado. O orador deve, portanto, dar, em seu próprio discurso, uma imagem favorável de si mesmo, o que corresponde ao que a retórica clássica chama de ethos. . (DUCROT, 2009, p. 21).

Ducrot (2009) diz que não irá mais insistir na insuficiência atribuída à argumentação, que na verdade essas críticas, admitem a existência de um *logo*, ou seja, de uma argumentação racional. Desta forma DUCROT (2009, p. 21), faz a seguinte fala “O que eu defendo, quanto a mim, é que a argumentação discursiva não tem nenhum caráter racional, que ela não fornece justificção, nem mesmo esboços fracos, lacunares, de justificção”. Em outras palavras, o que o linguista põe em dúvida é a própria noção de um logos discursivo, que deve ser encadeada através de através de argumentos, através dos *donc* (portanto) e do *par conséquent* (consequentemente). “Depois de ter dito por que recuso à argumentação discursiva qualquer caráter racional, mostrarei que essa argumentação, apesar do fato de que ela não tem nada a ver com um logos, pode, entretanto, servir à persuasão”. (DUCROT, 2009, p. 21).

A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo A donc (portanto) C, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não há, pois, propriamente falando, passagem de A a C, não há justificção de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência portanto C. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de A até C, já que o encadeamento apresenta portanto C como já incluído no primeiro termo A. (DUCROT, 2009, p. 22).

Percebe-se que o encadeamento de argumentos na própria significação das palavras e da construção dos enunciados com os quais o discurso é construído. Diante desta condição toda palavra, tenha ela caráter persuasivo ou não faz alusão a argumentação. O que provar que não existe elo privilegiado entre argumentação retórica e a argumentação linguística.

Oswald Ducrot (1987, 1988) e colaboradores, na sua Teoria da Argumentação da Língua, observa que as línguas naturais possuem pares de frases que se aplicam aos mesmos fatos, nas mesmas circunstâncias, e que levam a conclusões diferentes e até mesmo opostas. A partir dessa constatação, Ducrot propõe que as formas linguísticas são dotadas de argumentatividade, a qual se manifesta nos encadeamentos gerados por essas formas, no discurso.

Para Ducrot (1987, 1988), o valor argumentativo de uma expressão linguística (palavra, frase) é sua orientação discursiva, ou seja, as possibilidades de continuação discursiva que seu emprego permite. Assim, ao introduzir uma palavra em um discurso essa traz em si uma significação (que está em sua estrutura) e permite uma determinada continuidade, produzindo sentido (significação + orientação). Nesse sentido, distancia-se na perspectiva retórica e assume o posicionamento segundo o qual a argumentação está presente na estrutura mesma da língua, na significação das formas linguísticas, e dela vai ao discurso.

Convém assinalar que os estudos da TAL descrevem o funcionamento de elementos e fenômenos linguístico-discursivos que materializam argumentatividade nos enunciados e discursos, entre os quais se encontram os operadores argumentativos, a pressuposição, os enunciados negativos, a polifonia enunciativa, a polifonia linguística, entre outros. A esses fenômenos, Nascimento (2009) adicionou a modalização discursiva, da qual trataremos na seção a seguir.

3.2 Teoria da Modalização

A teoria da modalização é considerada uma teoria gerativa, pois, concebe o processo de produção textual como um percurso gerativo, que vai de encontro ao mais simples ao mais complexo em um processo de enriquecimento semântico, na perspectiva de Fiorin (2000). Para esse autor, (2000, p. 172) “Isso significa que vê o texto como um

conjunto de níveis de invariância crescente, cada um dos quais suscetível de uma representação metalinguística adequada”. E acrescenta:

O percurso gerativo de sentido não tem um estatuto ontológico, ou seja, não se afirma que o falante, na produção do texto, passe de um patamar ao outro num processo de complexificação semântica. Constitui ele um simulacro metodológico, para explicar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo. (FIORIN, 2000p. 172).

O percurso gerativo compreende três patamares de acordo com Fiorin (2000): as estruturas fundamentais, as estruturas narrativas e as estruturas discursivas. “As estruturas discursivas serão manifestadas como texto, quando se unirem a um plano de expressão no nível da manifestação. Cada um dos níveis do percurso tem uma sintaxe e uma semântica” (FIORIN, 2000, p. 172).

Por razões históricas, o nível narrativo foi o mais bem explorado até hoje, o que não significa, porém, que os outros níveis não tenham tido desenvolvimento. Na primeira fase, a da constituição do percurso gerativo, a Semiótica aplica-se a estudar os simulacros da ação do homem no mundo presentes nas narrativas. (FIORIN, 2000, p. 172).

Os textos narrativos são entendidos como sendo uma transformação de estado, que está ligado ao fazer transformador de um sujeito, que por sua vez age sobre o mundo em busca de determinados valores, com investidura no objeto (BARROS, 1995).

O conceito de função em Propp diz respeito a unidades sintagmáticas constantes sob a multiforme superfície das narrativas. A sucessão dessas invariantes constitui o relato. Essa noção foi precisada com o conceito de enunciado narrativo. Há dois tipos de enunciados elementares, o de estado e o de fazer, que derivam da existência de duas relações-função: a junção (conjunção e disjunção) entre um sujeito e um objeto e a transformação, que é a mudança de uma relação de junção. Dessa noção de enunciado narrativo decorre o fato de que é possível prever organizações hierarquizadas de enunciados. (FIORIN, 2000, p. 172).

Os percursos narrativos são encadeamentos lógicos, onde uma ação pressupõe a outra em uma sequência. Assim, constrói-se uma sintaxe narrativa organizada, e não apenas uma simples sucessão de unidades sintagmáticas. Desta forma Fiorin (2000, p.173) “Nessa sintaxe, vai-se do programa ao percurso e deste à sequência, estabelecendo um modelo de previsibilidade da narrativa, que pode dar conta da especificidade de cada relato singular, dado que esses níveis são empregados recursivamente e que têm um desdobramento polêmico”.

De acordo com Barros (1995, p.85) “Apesar do salto dado pela teoria narrativa proposta pela Semiótica, esse modelo apresenta uma limitação muito grande. Seu âmbito de aplicação são as narrativas da chamada pequena literatura”. Porém, o modelo que considera os textos narrativos como a busca de valores e a ação do homem no mundo, só pode ser aplicado aos textos que apresentam um teor pragmático muito forte, entre os quais as narrativas folclóricas, no qual as lendas estão inseridas.

Ao compreender a limitação dada pelo alcance das aplicações, a Semiótica vai passar para uma segunda fase, interessando-se pela competência modal do sujeito que realiza a transformação. Nessa fase, as investigações incidem menos sobre a ação e mais sobre a manipulação (Barros, 1995, p.85-8).

Nesse contexto, constata-se que só se pode executar uma ação, se houver um pré-requisito para isso, desta forma, é necessário condições prévias. “Só pode realizar uma ação o sujeito que quer e/ou deve, sabe e pode fazer. É isso que se chama competência modal do sujeito” (FIORIN, 2000, p. 174). Assim, a modalização do fazer é compreendida sobre a determinação de um predicado do fazer em outro predicado (querer, dever, saber, poder).

Ao reconhecer isso, a Semiótica começa a realizar uma tipologia muito mais fina dos sujeitos. Pode haver sujeitos coagidos, que devem, mas não querem realizar uma ação; sujeitos que afrontam o sistema (heróis que agem sozinhos), que querem, mas não devem; sujeitos impotentes, que querem e/ou devem, mas não podem, e assim por diante. Com a modalização do sujeito, a Semiótica passa a analisar também seu modo de existência: sujeitos virtuais, os que querem e/ou devem fazer, sujeitos atualizados, os que sabem e podem fazer; sujeitos realizados, os que fazem. Uma gama muito grande de textos passa agora a ser explicada pela teoria: aqueles em que há personagens sonhadoras, mas que são incapazes de passar à ação; aqueles em que há personagens realizadoras etc. (FIORIN, 2000, p. 174).

Os estudos acerca da modalização permitem estabelecer uma tipologia cultural, na qual por exemplo algumas culturas valorizam mais o querer do que o dever, outras já podem fazer o contrário. Então, dar representação adequada aos códigos sociais de caráter normativo, é o mesmo que aplicar as regras gramaticais de forma adequada.

Todo esse estudo das modalizações do ser passa ainda pelo exame das compatibilidades e incompatibilidades entre as modalidades. Por exemplo, o dever ser é compatível com o poder ser, ao passo que é incompatível com o não poder ser. Com efeito, o que é necessário deve ser compatível com o que é possível, mas não com o impossível. No entanto, cabe lembrar que as compatibilidades e as incompatibilidades nada têm a ver com o aparecimento de certas combinatórias modais nos textos. Os sujeitos de estado podem ser modalizados por modalidades compatíveis ou incompatíveis entre si. (FIORIN, 2000, p. 174).

É importante levar em consideração dois traços que servirão como base para a definição das modalidades, são elas: “os modos de existência do sujeito e as relações entre o sujeito do predicado modal e o do predicado modalizado” (FIORIN, 2000, p. 178). A relação entre o sujeito e o predicado modal e o do predicado modalizado, é o que define as modalidades endógenas (reflexiva) e exógena (transitiva). Observaremos o quadro completo das modalidades de base seria (FONTANILLE & ZILBERBERG, 1998, p.190):

Quadro 01: As modalidades de base

	Potencializantes	Virtualizantes	Atualizantes	Realizantes
Endógenas	Assumir	Querer	Saber	Ser
	Aderir	Dever	Poder	Fazer
Exógenas	Crenças	Motivações	Aptidões	Efetuações

Fonte: Fontanille & Zilberberg, (1998, p.190)

Após observar o quadro 01, podemos entender que as modalidades incidem sobre dois tipos, o ser e o fazer. Fiorin (2000, p. 179), define da seguinte maneira:

O predicado modal é definido por sua função táxica, por sua visada transitiva, suscetível de atingir um outro enunciado como objeto. Os enunciados do ser e do fazer podem, assim, assumir a função de enunciados modais ou descritivos, o que significa que esses enunciados elementares podem modalizar os enunciados elementares. Temos, assim, as seguintes possibilidades modais: fazer ser é a transformação narrativa de um estado em outro; ser do fazer são as condições requeridas para realização da ação; fazer fazer é o conjunto de modalidades factitivas que levam à ação; ser ser são as modalidades veridictórias que determinam a verdade, mentira, falsidade ou segredo de um estado. Sobre essas modalizações de base atuam sobre modalizações, quando o crer, o querer, o dever, o saber e o poder modalizam os enunciados elementares.

Partindo desse estudo sobre os modalizadores no discurso, iremos observar as manifestações linguísticas das modalidades na gramática. “As modalidades podem ser expressas por meios lexicais ou por meios gramaticais. Todas as palavras lexicais podem manifestar modalidades”. (FIORIN, 2000, p. 180).

As modalidades, quaisquer que elas sejam, podem apresentar compatibilidades e incompatibilidades combinatórias [...] A modalização como procedimento discursivo é o estabelecimento de percursos modais no texto, estabelecidos a partir dessas compatibilidades e de incompatibilidades. As manifestações linguísticas das modalidades servem de pistas para a compreensão da discursivização das modalidades. (FIORIN, 2000, p. 184).

A teoria do discurso está ligada intrinsecamente a teoria das modalidades, pois a modalidade é inerente ao ato de dizer, portanto se faz indispensável para que o discurso seja compreendido.

Partindo-se da tese segundo a qual a língua é por natureza argumentativa e que argumentação se processa através de diferentes fenômenos e estratégias semântico-argumentativas, em diferentes gêneros discursivos, com diferentes objetivos, imprimindo marcas de (inter)subjetividade, Nascimento (2009) propõe que a modalização discursiva pode ser tratada como um fenômeno semântico-argumentativo e pragmático.

Para esse estudioso, o fenômeno da modalização consiste em uma estratégia ou fenômeno argumentativo, de natureza linguístico-discursiva e pragmática, através da qual o locutor imprime seu ponto de vista, posicionamento axiológico (avaliação) ou intenções no conteúdo do enunciado. Ao mesmo tempo em que expressa a subjetividade do locutor, também orienta, instrui e age sob o interlocutor, indicando ainda como deve ser lido e compreendido o discurso (NASCIMENTO, 2009).

Segundo Castilho e Castilho (1993), a modalização ou modalidade expressa o relacionamento, avaliação, julgamento do falante sob o conteúdo proposicional. Nesse sentido, pode-se dizer que a modalização é “uma das estratégias argumentativas que se materializam linguisticamente e se constitui em um ato de fala particular” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 64).

Segundo Nascimento e Silva (2012, p. 80), a modalização se materializa através dos modalizadores, que “são elementos linguísticos que materializam, explicitamente, a modalização e se classificam de acordo com o tipo de modalização que expressam, nos enunciados e discursos em que aparecem”.

Assim, segundo esses autores, são exemplos de modalizadores discursivos: os verbos modais (dever, poder, querer etc.); advérbios modalizadores (certamente, realmente, etc.); expressões unipessoais de modalização (é certo que, é verdade que, é necessário que); determinados verbos *dicendi* (afirmar, confirmar, acusar etc.); adjetivos e advérbios avaliativos (infelizmente, sinceramente etc.); entonação de ênfase; entre outros.

3.2.1 Modalizadores na Língua Portuguesa

Entende-se a modalização como um conceito advindo da ciência linguística, que define os mecanismos discursivos que apresentam a função de manifestar o posicionamento do enunciador em que relação aquilo que será enunciado. Apesar de não fazer parte de uma categoria estrutural da gramática normativa brasileira, é demasiado complexo realizar uma classificação das modalidades na língua, cabendo assim, o entendimento à própria área de compreensão textual e a análise do discurso.

De forma geral, um modalizador é um elemento gramatical ou lexical – palavra ou expressão – por meio do qual o enunciador revela alguma atitude relativo ao conteúdo daquilo que ele mesmo enuncia. Assim, mesmo de forma encoberta, o enunciador deixa seus posicionamentos subentendidos ou sugeridos, de forma a influenciar o Co enunciador a compreender o enunciado sob um determinado aspecto que lhe é dissimuladamente proposto. (PROENEM, 2022)

Em todos os atos de comunicação percebemos mediações diversas, as quais são oriundas das intenções com as quais o discurso é construído, produzido e divulgado. Esses por sua vez evidenciam um caráter de certeza, dúvida, a obrigatoriedade ou a proibição, um sentimento, uma possibilidade, entre outros. A linguística e o uso da língua guardam características argumentativas, na medida em que interagimos através da oralidade e da escrita, como no gênero lendas aqui abordado.

Compreende-se os modalizadores, como sendo um indicativo da existência de um discurso argumentativo. Desta forma, ao transparecer o ponto de vista apresentado pelo enunciador ao fazer o seu discurso.

Entre as inúmeras possibilidades intencionais que podem ser expressas na comunicação, destaca-se que, no geral, os recursos gramaticais utilizados para expressá-los não é tão extenso quanto as alternativas de significação. A função modalizadora manifesta-se principalmente por meio de advérbios – quando indicativos acerca do acolhimento do enunciado em sua totalidade ou parcialidade por parte do enunciador; do uso de modos verbais, de forma a indicar se o enunciado expressa um acontecimento ou uma vontade; do emprego de verbos auxiliares que acrescentam noções circunstanciais que podem apontar necessidades ou possibilidades; do uso de estruturas subordinativas, como orações principais em que seus verbos constitutivos possam expressar modalidade; ou do uso de adjetivos, cuja escolha pode revelar opinião ou posicionamento. (PROENEM,2022)

Podemos afirmar que não existe comunicação sem o uso da modalização, que por sua vez, podem ser explícitos ou implícitos, uma vez que sempre haverá intencionalidade nos discursos produzidos pelos falantes, sejam estes discursos orais ou escritos. Observaremos algumas possibilidades de modalizadores, segundo esse documento:

- **Asseverativos:** Aqueles que conferem certeza a um discurso, podendo ser afirmativos como evidentemente, certamente, claro, sem dúvida, lógico; ou negativos como a polarização de termos pelo uso do “não” ou expressões como “de jeito nenhum”, “de forma alguma”, entre outros.
- **Dubtáveis ou quase assertivos:** Aqueles que colocam um discurso em dúvida, estabelecem que um enunciado está sujeito à desconfiança, à incerteza ou à imprecisão. Exemplos: talvez, possivelmente, é provável etc.
- **Delimitadores:** Aqueles que estabelecem uma restrição ou um limite ao entendimento do alcance de conceitos ou do discurso. Exemplos: quase, tipo de, espécie de, linguisticamente, matematicamente, geograficamente etc.
- **Deontológicos:** Aqueles que indicam obrigatoriedades, proibições e permissões. Exemplos: necessariamente, obrigatoriamente, não deve fazer, deve apresentar etc.
- **Afetivos:** Apresentam as emoções do enunciador diante do conteúdo do discurso, bem como posicionamentos de princípio ou predileções. Esses modalizadores podem ser subjetivos, quando marcam a reação do enunciador diante do que é exposto (infelizmente, curiosamente, espantosamente etc.) ou intersubjetivos, quando incluem na sensação emotiva a relação com o coenunciador, seja pela aceitação, pela colaboração ou pela rejeição (sinceramente, francamente, lamentavelmente etc.)

Os modalizadores, são agrupados por Castilho e Castilho (1993) em três tipos de modalização, as quais revelam diferentes posições do falante a respeito do enunciado ou do conteúdo do enunciado: Modalização Epistêmica, Deontica e Afetiva..

A Modalização Epistêmica ocorre quando o locutor expressa uma avaliação sobre o valor de verdade ou certeza do enunciado. Essa se divide em *asseverativa*, em que o falante considera verdadeiro o conteúdo do dito, *quase-asseverativa*, em que o falante considera o conteúdo do enunciado quase certo ou como uma hipótese a ser confirmada e por isso não se responsabiliza pelo valor de verdade do dito e *delimitadora*, que estabelece os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado.

O segundo tipo é denominado de Modalização Deontica. Seus modalizadores indicam que o falante considera o conteúdo do enunciado como algo que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente, de acordo com Castilho e Castilho (1993).

O terceiro tipo é denominado por Castilho e Castilho de modalização afetiva, pois segundo os autores se constitui naquela em que o falante verbaliza suas reações emotivas em face do conteúdo da proposição, excetuando-se qualquer consideração de caráter epistêmico ou deontico. Castilho e Castilho (1993) afirmam que essa modalização constitui a função emotiva da linguagem e se subdivide em dois tipos: *subjativa*, que expressam uma predicação dupla, a do falante em face da proposição e a da própria proposição, e *intersubjetiva*, que expressa uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito da proposição.

Partindo da classificação inicial de modalizadores de Castilho e Castilho, que os classificou em três grupos (epistêmicos, deonticos e afetivos), Nascimento e Silva (2012) agruparam esses elementos discursivos em quatro grandes grupos, a saber: modalizadores epistêmicos, deonticos, avaliativos e delimitadores. Essa classificação, segundo os autores, leva em consideração aspectos não só linguísticos, mas também pragmáticos, uma vez que a modalização pode recair não apenas sobre o conteúdo do próprio enunciado, mas também sobre o discurso como um todo e inclusive sobre o discurso alheio, conforme Nascimento e Silva (2012).

Assim, os autores definem a modalização epistêmica como aquela que ocorre quando o falante exprime uma avaliação, julgamento acerca do valor da verdade do dito e a subdividem em quatro tipos:

- Epistêmica asseverativa: ocorre quando o locutor apresenta o conteúdo do enunciado como sendo certo ou verdadeiro;
- Epistêmica quase-asseverativa: realiza-se quando o falante apresenta o seu discurso como quase certo e, portanto, não se responsabiliza pelo dito; e
- Epistêmica habilitativa: é aquela através da qual o locutor do enunciado expressa a capacidade de algo ou alguém de realizar algo.

A modalização deontica, por sua vez, expressa uma obrigação, permissão, proibição ou desejo, conforme Nascimento e Silva (2012). Esses autores a subdividem em:

- Deontica de obrigatoriedade: que apresenta o conteúdo do enunciado como algo obrigatório, ou seja, apresenta uma ordem, instrução ou orientação;

- Deôntica de proibição: ocorre quando o conteúdo do enunciado é apresentado como algo proibido de acontecer;
- Deôntica de possibilidade: quando apresenta o conteúdo do enunciado como algo facultativo ou permitido para que se aconteça; e
- Deôntica volitiva: ocorre quando se expressa o desejo do locutor de que o conteúdo do enunciado aconteça .

A modalização avaliativa (reformulação da modalização afetiva) ocorre quando o locutor expressa seu ponto de vista, juízo de valor sobre o conteúdo do enunciado, excetuando-se qualquer avaliação de natureza epistêmica ou deôntica, conforme Nascimento e Silva (2012). A modalização delimitadora, para os autores, é a que estabelece os limites dentro dos quais se deve/pode considerar o conteúdo do dito.

Nascimento e Silva (2012, p. 94) afirmam ainda que um único modalizador pode apresentar diferentes sentidos, e, em decorrência do sentido expresso, apresentar mais de uma classificação, tal como o verbo modal **poder**, conforme pode-se perceber nos exemplos apresentados pelos autores e transcritos a seguir:

Exemplo 01:

“O livro **pode** ter sido escrito por Carlos”

“Você não **pode** ver esse filme, porque você não tem 18 anos”.

“A - Você me permite entrar na sala?”

B – Sim, você **pode** entrar.

(NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 93, grifo dos autores).

No primeiro enunciado, o verbo *poder* assume a função de modalizador epistêmico quase-asseverativo, apresentando o conteúdo do enunciado como algo que é provável de ter ocorrido, sem expressar certeza. No segundo, o mesmo verbo exerce a função de deôntico de proibição, já que, acompanhado da palavra *não*, imprime um impedimento, uma proibição para que o conteúdo do dito ocorra. No terceiro enunciado o verbo destacado expressa uma permissão por parte do locutor para com o seu interlocutor, trata-se, portanto de um modalizador deôntico de possibilidade (ou permissão).

Assim, nota-se, que a modalização é uma estratégia argumentativa, tanto de natureza semântica como pragmática, utilizada pelo locutor para expressar subjetividade e intersubjetividade no discurso, ou seja, sinalizar, no próprio sentido do enunciado, possíveis intenções, posicionamentos, pontos de vista, sentimentos e orientações

discursivas. E, assim sendo, por meio dessa estratégia linguístico-discursiva, o locutor instrui, orienta como deve ser lido, compreendido o seu dito ou ainda tenta levar o interlocutor a realizar determinadas ações (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Observaremos o fenômeno da modalização nas lendas indígenas, e como eles atuam na construção dos enunciados, no capítulo seguinte.

IV OS MODALIZADORES NA LENDA

Antes de adentrar a análise das lendas, se faz necessário esclarecer a metodologia é entendida como sendo um processo científico, no qual o pesquisador questiona a cerca das possibilidades e limites do objeto de pesquisa (DEMO, 1989). Não se trata assim, de uma discussão sobre as técnicas qualitativas, mas as maneiras se se fazer ciência.

Quando falamos de pesquisa, entendemos que esta pode ser de natureza qualitativa e quantitativa, isso vai de encontro ao objetivo da pesquisa ao qual o pesquisador se propõe. O foco desta pesquisa é a análise de lendas que compõe o imaginário da cultura potiguara. Assim, a pesquisa aqui realizada é de cunho qualitativo, na medida que permite ao pesquisador uma maior abertura para responder as indagações que norteiam a produção acadêmica. “Assim, o processo metodológico qualitativo possibilita ao pesquisador descobertas até mesmo em termos dos próprios métodos e técnicas a serem utilizados” (JARDIM e PEREIRA, 2009, p. 02). Denzin e Lincoln (2000, p.1) apontam que a pesquisa qualitativa

[...] envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objeto de estudo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele.

A investigação também adquire um caráter descritivo uma vez que descreve o funcionamento linguístico-discursivo dos elementos linguísticos denominados de modalizadores discursivos em textos do gênero lendas indígenas. De acordo com Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Seguindo essa linha de pensamento, Mattar (1999) ressalta a interrelação entre o problema e a pesquisa, afirmando que esse tipo de pesquisa deverá ocorrer quando o propósito do estudo tiver a função de descrever características de um determinado grupo. Neste caso, a pesquisa em questão irá analisar e descrever a função dos modalizadores na construção dos enunciados argumentativos das lendas, conforme assinalado anteriormente.

Por fim, adquire um caráter interpretativista, uma vez que o funcionamento de tais elementos linguístico-discursivos será interpretado a luz do referencial teórico adotado, quais sejam os estudos sobre a modalização discursiva.

4.1 Análise dos modalizadores nas lendas Cumade Fulozinha, Lobisomem e Mãe D'agua

Os modalizadores são utilizados para a expressão da subjetividade e da intersubjetividade (orientação argumentativa) nos enunciados em que aparecem, imprimindo diferentes efeitos de sentido: certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, avaliação axiológica, etc. Como afirmam Castilho e Castilho (1993, p. 217), “diferentes recursos linguísticos estão a serviço dessa ação argumentativa: modos verbais, verbos auxiliares, adjetivos, advérbios, entre outros.”

Para a análise do *corpus* utilizaremos a classificação dos modalizadores feita por Castilho e Castilho (1993) e a reformulação realizada por Nascimento e Silva (2012), que os classifica em epistêmica, deôntica, avaliativos e delimitadores.

As lendas expostas neste trabalho fazem parte do livro “Lendas e Causos do Povo Potiguara”, que reúne várias histórias das aldeias Potiguaras do Litoral Norte da Paraíba. Escolhemos para análise três lendas contidas no livro, quais sejam Cumade Fulozinha, Lobisomem e Mãe D'agua, em razão de serem lendas muito conhecidas e que habitam o imaginário do povo Potiguara, do qual faço parte.

Para a análise, inicialmente transcrevemos o texto das lendas e, em seguida, identificamos os modalizadores presentes no texto. Em seguida, classificamos cada um desses modalizadores e descrevemos e analisamos seu funcionamento, à luz do referencial teórico adotado.

4.1.1 CUMADE FULOZINHA (Caipora do mato)

A Comadre Fulozinha é uma entidade da cultura da zona da mata nordestina, onde se encontram as aldeias do povo Potiguara e faz parte das lendas que permeiam o imaginário dos mais variados povos dessa região. A “cumade”, como é chamada pelo povo dessa região é descrita como uma menina que habita as matas, protegendo a natureza e impondo castigos aqueles que a prejudicam. Em alguns lugares ela é confundida com o Caipora, pois as características de suas ações se assemelham.



Imagem disponível em: <http://emporioeoficial.blogspot.com/2016/11/historias-de-cumadre-fulozinha.html>

As lendas são muito presentes na cultura das aldeias indígenas, nelas as entidades e os encantados encontram a força para sobreviver em um mundo cada dia mais digital, onde as tradições vêm sendo esquecidas pelas novas gerações.

A seguir, apresentamos a transcrição da lenda da Cumade Fulozinha:

Muitos são os relatos entre o povo Potiguara da existência da Cumade Fulozinha ou Caipora do mato, entretanto, não a chame assim, pois ela pode ficar muito brava. Conta a lenda que Cumade Fulozinha é uma menina com aparência de 10 anos de idade, cabelos longos e pele morena bem clarinha. Ela protege as matas das agressões dos homens, principalmente dos caçadores. Por isso, o caçador, quando for caçar, e perceber alguma coisa estranha, ele deve voltar e oferecer a Cumade um pouco de fumo. Segundo relatos de pessoas que afirmam ter tido contato com a Cumade Fulozinha, sua existência é comprovada pelas tranças que costuma fazer nos rabos dos cavalos e pelas surras que costuma dá nos cachorros de caça e nos caçadores que ficam falando nomes (palavrões) no meio da mata

Análise dos modalizadores discursivos na lenda “Cumade Fulozinha”:

- **Muitos:** a palavra muitos no texto adquire o sentido de diversos, e modaliza o enunciado indicando que há vários relatos a respeito da lenda da existência da Cumade Fulozinha. Trata-se, portanto de um modalizador avaliativo, nos termos

em que propõem Nascimento e Silva. Ao utilizar esse modalizador, indicando que que há vários relatos sobre a existência da entidade Cumade Fulozinha, o locutor do texto, ou da história, imprime argumentatividade, uma vez que faz uso desse recurso para que o interlocutor acredite na veracidade da sua narrativa;

- Fulozinha (-inha): O sufixo *-inha* presente no nome Fulozinha é um modalizador do tipo afetivo, nos termos em que coloca Castilho e Castilho (1993), do tipo subjetivo. Ao usar esse recurso modalizador, o locutor do texto busca demonstrar afetividade sobre a figura da entidade mitológica, como se existisse uma relação de intimidade entre locutor e história;
- Não chame: O uso desse modalizador é um recurso utilizado para dar uma proibição, ou seja, o locutor claramente expressa ao interlocutor que não deve chamar a entidade, pois causará a sua irá. Trata-se portanto, de um modalizador deôntico de proibição, nos termos em que propõem Nascimento e Silva (2012), que orienta o leitor do texto a como agir. Estabelece, nesse sentido, um diálogo entre locutor e interlocutor.
- Muito brava: A expressão muito brava, adjetiva, é um modalizador avaliativo, utilizado para caracterizar a personalidade da personagem, imprimindo um ponto de vista negativo.
- Longos, morena, bem clarinha: São modalizadores avaliativos, usados para caracterizar a aparência física da personagem nesta lenda, imprimindo pontos de vista sobre a beleza física da personagem.
- Principalmente: A palavra principalmente é modalizador delimitador uma vez que estabelece um limite dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado. No texto, é utilizado para expressar que a entidade protege as matas das agressões humanas delimitando qual é a principal agressão que ela protege: dos caçadores. Assim, adquire também um caráter avaliativo, uma vez que também traz um posicionamento sobre os caçadores: esses são os principais agressores da vida nas matas. Trata-se, portanto, de um modalizador com dupla função: delimitador + avaliativo.
- Deve: O verbo *dever*, no enunciado, é um modalizador que indica ordem ou mesmo instrução aos caçadores, qual seja oferecer fumo a entidade, indicando-lhes necessidade e dever. Por esse motivo, é um modalizador deôntico de obrigatoriedade.

- **Afirmam:** No enunciado “Segundo relatos de pessoas que afirmam ter tido contato com a Cumade Fulozinha, sua existência é comprovada pelas tranças que costuma fazer nos rabos dos cavalos (...)”, o verbo afirmar é um modalizador epistêmico asseverativo, nos termos em que colocam tanto Castilho e Castilho (1993) como Nascimento e Silva (2012). Tal modalizador é utilizado para introduzir um discurso relatado e indicar como esse deve ser lido: como algo certo, verdadeiro. O verbo afirmar, segundo Nascimento e Silva (2012), é portador da síntese léxica *dizer + certeza*, por esse motivo apresenta o discurso relatado como algo certo.
- **Comprovada:** O Modalizador em destaque é epistêmico asseverativo, pois indica a veracidade de um determinado fato, qual seja a existência da Cumadre Fulozinha.

4.1.2 O LOBISOMEM

O lobisOMEM é uma figura mitológica que vive no imaginário das pessoas há muito tempo. Ele é uma mistura de homem e lobo, que se desvenda na noite de lua cheia. São muitas as versões da lenda do LobisOMEM, na cultura indígena esse ser mitológico também é citado.



Imagem disponível em:

https://www.google.com/search?q=LOBISOMEM&rlz=1C1AVFC_enBR976BR977&source=lnms&tb

Diz a lenda que quando numa mesma família nascem sete irmãos, todos homens, o sétimo atrai para si a maldição do lobisomem. O sétimo filho homem, em noite de lua cheia, transforma-se num ser alado: metade homem e metade lobo. Esse ser sobrenatural percorre as sete partidas do mundo, ou seja, as sete igrejas de santos diferentes. Somente depois dessa peregrinação, o ser amaldiçoado volta para sua fisionomia humana. Para que o sétimo filho não tenha para si a maldição do lobisomem é preciso que o filho mais velho da família batize o mais novo, tornando-se seu padrinho. Deste modo, a maldição será quebrada.

Outra explicação descrita pelos mais antigos é que algumas pessoas tem o domínio de sua autotransformação em lobisomem. Para que isso aconteça, faz-se necessário que a pessoa dê sete nós na sua roupa e cante a reza das almas da terra de lá. Esse ritual deve acontecer em um terreiro; no mesmo instante, a pessoa cai no chão e começa a transforma-se em lobo.

Entretanto, as pessoas que conhecem a tal reza não contam o segredo para ninguém com medo de perder a força da reza e atrair para si a ira do lobisomem. Outro fato que vários anciões presenciaram e relataram diz respeito às pessoas que se transformaram em lobisomem e comeram todo tipo de porcaria, como casca de caranguejo e resto de lixo. Quando retornaram a forma humana, vomitavam os detritos, assustando várias pessoas

Análise dos modalizadores da lenda “O Lobisomem”:

- Alado, metade homem, metade lobo, sobrenatural, amaldiçoado: As palavras em destaque (alado, metade homem, metade lobo, sobrenatural, amaldiçoado) são expressões avaliativas utilizadas no texto não apenas para caracterizar a entidade lobisomem mas também para expressar o modo como essa deve ser vista pelo interlocutor. Criam, portanto, uma atmosfera em torno do personagem, apresentando-o como um ser mitológico e especial. Tratam-se, portanto, de modalizadores avaliativos, nos termos em que propõem Nascimento e Silva (2012).
- Somente: No enunciado “Somente depois dessa peregrinação, o ser amaldiçoado volta para sua fisionomia humana” a palavra somente adquire a função de modalizador delimitador, uma vez que estabelece limites dentro dos quais determinada ação acontece: o lobisomem volta a forma humana somente após a peregrinação. Por estabelecer uma delimitação para o conteúdo do dito, tal palavra adquire a função modal de delimitadora.
- É preciso que – No enunciado “Para que o sétimo filho não tenha para si a maldição do lobisomem é preciso que o filho mais velho da família batize o mais novo, tornando-se seu padrinho”, a expressão *é preciso que* indica uma instrução presente no conteúdo do enunciado, ou seja, como se deve proceder, que ritual

deve ocorrer, para que a maldição do lobisomem ocorra. Trata-se, portanto, de um modalizador deôntico de obrigatoriedade.

- Mais antigos, anciões: As expressões *mais antigos* e *anciões*, no texto, funcionam como modalizadores avaliativos, uma vez que tais formas adquirem uma função adjetiva, qual seja expressar um pouco de vista positivo sobre os idosos. Convém ressaltar que nas culturas indígenas, inclusive no povo Potiguara, as pessoas idosas são assim referidas em razão de seu papel social, de respeito e de detentoras de conhecimento. Por esse motivo, tais expressões adquirem no texto uma função modal: modalizadores avaliativos, os quais imprimem um ponto de vista positivo.
- Faz-se necessário que, deve: a expressão *faz-se necessário que* e o verbo modal *deve* funcionam no texto como modalizadores deônticos de obrigatoriedade que indicam instrução, orientação de como proceder no processo de autotransformação em lobisomem.
- Presenciaram: O verbo presenciar, no enunciado “Outro fato que vários anciões presenciaram e relataram diz respeito às pessoas que se transformaram em lobisomem (...)” adquire a função de modalizador epistêmico asseverativo, nos termos em coloca Nascimento e Silva (2012). Tal verbo tem a função de imprimir no enunciado a noção de certeza ou veracidade. O efeito de sentido que se gera no enunciado é de que a transformação é certa porque foi presenciada pelos anciões, ou seja, constatada. Convém assinalar, ainda, que os anciões nesse enunciado funcionam com argumento de autoridade, dada a sua função no povo indígena.
- Porcaria: A palavra porcaria, no texto, é utilizada para imprimir um ponto de vista negativo a respeito da alimentação realizada pelos lobisomens. Trata-se, portanto, de um modalizador avaliativo.

4.1.3 MÃE D'ÁGUA – YARA

A Mãe D'água, também conhecida como Yara, faz parte das narrativas indígenas de vários povos, entre os quais o povo Potiguara. Ela é descrita pelos nativos como sendo uma mulher belíssima, que encanta com sua voz doce aqueles que de alguma forma fazem mal as águas dos rios, esses são castigados indo viver no fundo dos rios.



Imagem disponível em:
https://www.google.com/search?q=m%C3%A3e+d%C3%A1gua&tbn=isch&ved=2ahUKEwiA7cuG9p3_AhXVJ7kGHVUWCAkQ2

Quanto vale a água pura e cristalina nos dias de hoje? Os Potiguara por serem cercados por diversos rios, mangues e o próprio mar, possuem um profundo respeito às águas. A Mãe d'água, protetora das águas doce, fica muito triste quando vê as pessoas desmatando as margens dos rios ou jogando lixo neles.

Diz a lenda que, quanto mais a Yara ficar triste, menos água terão os rios, podendo até mesmo secar, desaparecendo junto com a Mãe d'água. Cada agressão aos rios também é considerada uma ofensa a própria Yara. Para que a mesma fique contente, é preciso, além de proteger as nascentes e mananciais, presenteá-la com espelhos, pentes perfumes e laços, pois a Mãe d'água é muito vaidosa.

A filha mais ilustre da Mãe d'água é a Sereia que protege os mares. Tanto a Mãe d'água quanto a Sereia possuem a mesma forma: metade peixe e metade mulher.

- Pura, cristalina: As palavras *pura* e *cristalina* são utilizadas no enunciado “Quanto vale a água pura e cristalina nos dias de hoje?” para expressar um posicionamento axiológico a respeito da palavra água. Expressam um ponto de vista positivo e, por esse motivo, são **modalizadoras avaliativas**, nos termos em que propõem Nascimento e Silva (2012).
- Profundo respeito: A expressão *profundo respeito*, no enunciado “Os Potiguara por serem cercados por diversos rios, mangues e o próprio mar, possuem um profundo respeito às águas” exprimem um posicionamento axiológico de valor positivo a respeito das águas, por parte dos potiguaras. Portanto, funciona como um **modalizador avaliativo**.
- Protetora, muito vaidosa: As formas adjetivas *protetora* e muito vaidosa são utilizadas no texto para expressar não apenas para caracterizar a mãe d'água, mas

também para expressar pontos de vista positivos a seu respeito, denominando-a como a protetora das águas e como muito vaidosa (ligada à estética). Por esse motivo é um **modalizador avaliativo**, nos termos em que coloca Nascimento e Silva (2012).

- Muito triste, triste, ofensa: As formas *muito triste*, *triste* e *ofensa* exprimem no texto estados de espírito da mãe d'água, ou seja, afetividade, no que se refere a como ela se sente quando a natureza, em especial as águas, sofre alguma agressão. Tratam-se, portanto, de **modalizadores afetivos**, nos termos de Castilho e Castilho (1993) ou avaliativos, nos termos de Nascimento e Silva (2012).
- Mais ilustre: A forma adjetiva mais ilustre é utilizada, no texto, para caracterizar a expressão filha da mãe d'água, relativa à Sereia. Traz um ponto de vista positivo e, por esse motivo, é **modalizador avaliativo**.
- Metade-peixe, metade-mulher: *Metade-peixe* e *metade-mulher* são expressões avaliativas utilizadas no texto não apenas para caracterizar as entidades mãe d'água e sereia, mas também para expressar o modo como essas devem ser vista pelo interlocutor: serem especiais, míticos. Assim, criam uma atmosfera mística em torno das personagens, apresentando-as como seres mitológicos, espirituais e, portanto, com caráter especial. Assim, essas expressões funcionam, na lenda, como **modalizadores avaliativos**, nos termos em que propõem Nascimento e Silva (2012).

Nas três lendas analisadas (cumade fulozinha, lobisomem, mãe d'água) mapeamos os seguintes modalizadores discursivos: epistêmicos asseverativos, deônticos de obrigatoriedade, de proibição, afetivos ou avaliativos e delimitadores. Os epistêmicos asseverativos foram utilizados geralmente para dar o sentido de que os fatos narrados são verídicos e, portanto, dignos de certeza.

Os deônticos de obrigatoriedade foram utilizados para expressar ordem ou instrução, sejam direcionadas ao interlocutor da lenda, sejam a terceiros (personagens da própria história). Função semelhante adquire o deôntico de proibição. No que se refere aos delimitadores, esses ocorreram em sua função de delimitar aspectos dentro dos quais o conteúdo dos enunciados deve ser considerado. A presença desses modalizadores se justifica no texto em razão da própria funcionalidade da lenda indígena: além de explicar fenômenos místicos, a lenda orienta e instrui o interlocutor a como agir na comunidade: a exemplo de como proteger as matas e os rios e vivenciar sua espiritualidade.

Os afetivos ou avaliativos adquiriram função bastante peculiar nos textos utilizados. Geralmente foram utilizados para caracterizar e expressar pontos de vista (positivos ou negativos) a respeito das entidades e dos acontecimentos narrados, imprimindo subjetividade, por parte do locutor responsável pelo discurso, além de contribuírem para criar o universo do místico, do espiritual.

Dessa forma, os modalizadores presentes nos textos analisados não apenas imprimem subjetividade (marca do locutor) como também direcionam a leitura, o modo como os textos devem ser lidos pelo interlocutor (intersubjetividade), gerando argumentatividade no sentido dos enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar as considerações sobre este Trabalho de Conclusão de Curso, é importante primeiro reiterar que as narrativas, em especial as que fazem parte do imaginário popular indígena, são ainda muito presentes, não apenas na comunidade escolar, mas também na comunidade como um todo. É notório que as lendas fazem parte das tradições indígenas, faz parte da crença de são aplicadas para explicar o inexplicável.

Na construção deste TCC observamos a importância de Bakhtin para entendermos o gênero discursivo, entre os quais está a lenda, um gênero de estrutura composicional narrativa. O filósofo fala em suas obras que a comunicação permeia todas as esferas da atividade humana, seja esta comunicação oral, escrita, gestual, entre outras. Entendemos a partir da obra de Bakhtin que a utilização da língua dá-se através dos enunciados, que possuem uma finalidade, e esses enunciados pertencem a determinados gêneros discursivos. “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas (...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”. (BAKHTIN,1997, p. 290).

Contemplou-se também neste TCC através de Bakhtin, os três conceitos principais da sua teoria: a língua, o enunciado e o gênero do discurso. Todos esses elementos juntos são importantes para o entendimento do gênero discursivo e seus desdobramentos. Percebemos durante o discorrer deste trabalho que os gêneros permeiam nosso dia a dia e estão ligados a aspectos sociais, culturais e históricos; e que os gêneros ocupam duas esferas, a primária e a secundária de acordo com a complexidade do uso.

A partir dos estudos de Bakhtin, pudemos responder a nossa primeira questão de pesquisa: Quais as principais características linguístico-discursivas das lendas indígenas? Para tal, analisamos o texto de uma lenda indígena potiguara, mani-oca, identificando seus elementos constitutivos: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo verbal.

Após, percorrer a teoria do gênero discursivo e seus aspectos, adentrou-se a questão da argumentação e sua importância no convencimento do interlocutor. Esse capítulo do TCC versou sobre a noção de que o sentido se materializa no dito, ou seja, no discurso. Assim, podemos observar na temática abordada que o sentido está intrinsecamente ligado

ao enunciado e a orientação que esse dá ao discurso, orientando possíveis leituras, o que se constitui em argumentatividade para Ducrot (1987, 1988).

Reafirma-se, com essa teoria de Ducrot, que o sentido dos enunciados está presente nos encadeamentos discursivos, ou seja, na orientação que as palavras e expressões linguísticas dão ao texto, o que se constitui em seu valor argumentativo. Essa teoria fornece subsídios teóricos importantes para que compreendamos o que foi expresso no discurso, a partir da análise dos enunciados e suas relações com os demais. Observou-se também ao longo do trabalho a função dos modalizadores no discurso, através da ótica de Fiorin. Os modalizadores são os elementos responsáveis por evidenciar a subjetividade e a intersubjetividade, seja na oralidade ou na escrita. O uso dos modalizadores permeiam as intenções do locutor, tais quais como: certeza, dúvida, obrigatoriedade, entre outros, e orientam possíveis leituras, por parte do interlocutor. Castilho e Castilho (1993, p. 217), fala que “diferentes recursos linguísticos estão a serviço dessa ação argumentativa: modos verbais, verbos auxiliares, adjetivos, advérbios, entre outros.”

Para demonstrar a importância dos modalizadores a responder à segunda questão de pesquisa (Como se constitui a argumentatividade nessas lendas?) procedemos à análise das lendas “Comadre Fulozinha”, “Lobisomem” e Mãe D’agua- Yara”, nas quais percebemos como os modalizadores agem para imprimir determinados efeitos de sentido nos textos: certeza, afetividade, posicionamento positivo e negativo, instrução, ordem, delimitação. Nesse sentido, conseguimos atingir nossos objetivos, que eram descrever o gênero lenda, observando sua funcionalidade e seus elementos caracterizadores, e mapear os elementos linguístico-discursivos que materializam argumentatividade no gênero lenda, em especial os modalizadores discursivos.

Os resultados obtidos apontam para a possibilidade de os modalizadores epistêmicos asseverativos, os deônticos de obrigatoriedade e os modalizadores avaliativos (ou afetivos) constituírem-se em elementos do estilo linguístico desse gênero. No entanto, faz-se necessária a ampliação do *corpus* e da análise para verificar se tal hipótese se confirma.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, D. L. P. de. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, A. C., LANDOWSKI, E. **Do inteligível ao sensível. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas**. São Paulo: Educ, 1995.

BAZERMAN, Charles e PRIOR, Paul. **A participação em mundos socioletrados emergentes: gênero, disciplinaridade, interdisciplinaridade**. In: BAZERMAN, Charles. Escrita, gênero e interação social. Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionísio (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2007.

BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUZA, C. S. T. **Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos**. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUZA, C. S. T. (Org.). Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 17-32. (Coleção Leitura, Escrita e Oralidade).

BORGES, Flávia Girardo Botelho. **Os gêneros textuais em cena: uma análise crítica de duas concepções de gêneros textuais e sua aceitabilidade na educação no Brasil**. RBLA, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 119-140, 2012

BRAIT, B. CAMPOS, M. I. B. **Da Rússia czarista à web**. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin e o Círculo. São Paulo: Contexto, 2009.

BRONCKART, J.P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Tradução Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2006.

_____. [1999]. **Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.

BRUNVAND, J. H. **O caroneiro desaparecido: lendas urbanas americanas e seus significados** New York: W.W. Norton & Company, 1981.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M de. **Advérbios modalizadores**. In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português falado. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. II."

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. **O Selvagem**. São Paulo: Ed. Nacional (BPB, ser. 5, Brasiliana 3) 1935.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Manual de pesquisa qualitativa**. 2. ed. London: Sage, 2000.

DUCROT, Oswald. **Argumentação retórica e argumentação linguística**. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648>. Acesso em: 10/04/2023

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia e argumentação**: Conferencias de Semanario Teoría da Argumentação e Análise do Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988.

FIORIN, José Luiz. **Modalização: da língua ao discurso**. São Paulo: Alfa: 2000.

FINE, G. A. **Fabricando contos: sexo e dinheiro nas lendas contemporâneas**. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1992.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Prefácio de Rui Pereira. Coimbra: Grácio Editor/Instituto de Filosofia da Linguagem da Univ. Nacional de Lisboa, 2013.

JARDIM, Anna Carolina Salgado.; PEREIRA, Viviane Santos. **METODOLOGIA QUALITATIVA: É POSSÍVEL ADEQUAR AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS AOS CONTEXTOS VIVIDOS EM CAMPO?** Disponível em: <https://cursodegestaoelideranca.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Artigo-sobre-Pesquisa-Qualitativa.pdf>. Acesso em: 29/05/2023

LEAL, Geise Macedo.; PEREIRA, Elson de Menezes. **GÊNERO LENDAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/45356650-Genero-lendas-um-relato-de-experiencia.html>. Acesso em: 12/04/2023.

MACHADO, I.A. **Literatura e redação**. São Paulo: Scipione, 1994.

MACIEL, **Os elementos constitutivos do enunciado em suas relações dialógicas: um exemplo de análise**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/JCKZJ7ps9ntsJyDBzNbC6Xp/?lang=pt>. Acesso: 15/04/2023.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, Cássio Ferreira.; ARAÚJO, Ismael Xavier de.; SIMAS, Hellen Cristina Picanço. **Lendas e Causos do Povo Potiguara**. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Os gêneros do discurso e os manuais de redação comercial e oficial. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A Argumentação na Redação Comercial e Oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativo e pragmático. In. NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A Argumentação na Redação Comercial e Oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim. **Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1999, n.11, pp.05-16. ISSN 1413-2478.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. Florianópolis: UFSC/ PPGE/ LED, 2000.

SWALES, J. M. **Análise de gênero: inglês em ambientes acadêmicos e de pesquisa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990